

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 175/2021
Data: 09/11/2021



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
HUDSON CARVALHO: MÃO DE OBRA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	4
GREVE DOS CAMINHONEIROS CHEGA AO FIM APÓS UMA SEMANA DE MOBILIZAÇÃO NO PORTO DE SANTOS.....	5
CRESCE A MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS RUMO A TERMINAIS DE CONTÊINERES DO PORTO DE SANTOS.....	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	6
ANTAQ COMEÇA HOJE (08), ÀS 12H, SUA 512ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA. ROD SERÁ VIRTUAL	6
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	7
SOPESP PARTICIPA DA MISSÃO INTERNACIONAL 2021 DO FÓRUM BRASIL EXPORT	7
MAERSK EXPANDE TERMINAIS COM ACORDOS NA CROÁCIA E ARÁBIA SAUDITA	8
CANAL DE SUEZ BATE RECORDE DE CARGA MENSAL.....	9
SPA – NOTA À IMPRENSA: FIM DA GREVE DOS CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS	10
EXPERIÊNCIAS DO BRASIL NA AGRICULTURA PODEM AJUDAR OUTROS PAÍSES A MITIGAR EMISSÕES, DIZ	10
REVISTA EXAME	11
A FORÇA DO AGRO: PORTO DE ITAQUI, NO MARANHÃO, BATE TODOS OS RECORDES	12
ISTOÉ - DINHEIRO	14
GOVERNO ENFRENTA STF, PDT E PSB EM DIA DECISIVO À APROVAÇÃO DA PEC DOS PRECATÓRIOS	14
CÂMARA REJEITA 1º DESTAQUE DO PT EM PEC DOS PRECATÓRIOS E SINALIZA “FOLGA” GOVERNISTA	15
MONEYTIMES	16
TAIWAN DIZ QUE CHINA PODE BLOQUEAR SEUS MAIORES PORTOS E VÊ AMEAÇA “GRAVE”	16
BRASIL BATE RECORDE DE EXPORTAÇÃO DE SOJA ANTES DO FIM DO ANO, DIZ ANEC.....	17
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	18
PRIMEIRO RASCUNHO DE ACORDO DA COP26 EXCLUI COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS	18
ACORDO ENTRE PETROBRAS E ANP PARA ROYALTIES DO XISTO É DENUNCIADO NA CVM.....	20
PAÍSES FORMAM COALIZÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS EÓLICOS OFFSHORE	23
“A EMERGÊNCIA É FINANCEIRA”, DIZ MINISTRO JOAQUIM LEITE	25
JORNAL O GLOBO – RJ	26
SENADO APROVA CONVITE PARA MINISTROS E O PRESIDENTE DA PETROBRAS EXPLICAREM ALTA DOS COMBUSTÍVEIS	26
MINISTRO VÊ ‘PREOCUPAÇÃO GRANDE COM DESABASTECIMENTO’ DE COMBUSTÍVEIS E DEFENDE PETROBRAS.....	27
LEILÃO DO 5G VAI RENDER R\$ 4,8 BILHÕES PARA O GOVERNO, CALCULA ANATEL	29
CÂMARA ALTERA TEXTO DA PEC DOS PRECATÓRIOS PARA PRESERVAR REGRA DE OURO.....	30
BIDEN ANUNCIA NOVAS MEDIDAS PARA DESCONGESTIONAR PORTOS NOS EUA	32
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	32
MUBADALA CAPITAL CONCLUI AQUISIÇÃO DO CONTROLE DA METRÔRIO E DA METRÔBARRA.....	32
LÍDER DO GOVERNO DIZ QUE EXPECTATIVA É APROVAR PEC DOS PRECATÓRIOS COM MAIS VOTOS QUE NO 1º TURNO	33
PEC DOS PRECATÓRIOS: CÂMARA CONCLUI 1º TURNO E MANTÉM MUDANÇA NO TETO; TEXTO VAI AO 2º TURNO HOJE.....	34
GUEDES É INCLUÍDO EM CONVITE PARA FALAR DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS NA CAE.....	35
VALOR ECONÔMICO (SP)	35
PETROBRAS: REINJEÇÃO DE GÁS É DECISÃO TÉCNICA E ECONÔMICA, DIZ GERENTE	35
EUA REVELAM NOVOS PLANOS PARA ALIVIAR CONGESTIONAMENTOS NOS PORTOS	36
TAG TRABALHA PARA OFERECER CONTRATOS EXTRAORDINÁRIOS DE CURTO PRAZO PARA 2022.....	37
USINAS JÁ FIXARAM O PREÇO DE 11 MILHÕES DE TONELADAS DE AÇÚCAR DA SAFRA 2022/23	38
AGÊNCIA BRASIL - DF	38
MINISTRO DIZ QUE PREÇO DO PETRÓLEO AINDA VAI SUBIR MAIS	38
PORTAL PORTOS E NAVIOS	40
ITAJAÍ ENTREGA PEDIDO DE MANUTENÇÃO DA AUTORIDADE PORTUÁRIA AO GOVERNO FEDERAL.....	40
SVITZER E ROBERT ALLAN DESENVOLVEM PRIMEIRO REBOCADOR A METANOL VERDE	41
MOL, MOL DRYBULK E J-ENG ASSINAM CONTRATO PARA TESTE DE MOTOR ALIMENTADO A HIDROGÊNIO	41
PORTO DE SUAPE LANÇA POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO.....	42
DOCAS DO RIO SOBE 48% NO ÍNDICE DE GOVERNANÇA DO TCU	43
FREITAS LEVA OS PROJETOS DE PRIVATIZAÇÃO DO MINFRA A INVESTIDORES NO EXTERIOR	44



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 175/2021
Página 3 de 50
Data: 09/11/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

ARTIGO - NOVAS FERROVIAS E AMPLIAÇÃO DO ARCO NORTE SÃO ESSENCIAIS PARA O ESCOAMENTO DE GRÃOS NOS PRÓXIMOS 10 ANOS	45
OPERAÇÕES DTA DA BRADO OTIMIZAM IMPORTAÇÃO DE CARGAS POR FERROVIA EM MATO GROSSO	47
TERMINAL RODOFERROVIÁRIO INTEGRARÁ TRIÂNGULO MINEIRO AO PORTO DE SANTOS	48
ÁREAS PARA GRANÉIS LÍQUIDOS EM SANTOS GARANTEM POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO, AVALIA MINFRA	48
ABTP E B3 FIRMAM PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE TRANSPORTES.....	50
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	50
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	50



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

HUDSON CARVALHO: MÃO DE OBRA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Criar caminhos para o próprio desenvolvimento profissional parece ser um bom caminho

Por: *Hudson Carvalho*



Hudson Carvalho: Mão de obra e desenvolvimento profissional

Foto: **Sebastian Herrmann/Unsplash**

“Conhece-te a ti mesmo” - Sócrates (O Filósofo, não o Atleta)

Filosofando? Não!

Você vai entender onde quero chegar. Esse é um texto sobre

Desenvolvimento Pessoal e seus pontos críticos: autodesenvolvimento e autoconhecimento. Em tempos em que a única certeza que temos são as mudanças em si, criar caminhos para o próprio desenvolvimento profissional parece ser um bom caminho. Afinal, em quem devemos confiar em primeiro lugar, senão em nós mesmos?

Vamos focar na mais importante das mudanças que deve ocorrer no setor portuário: a expectativa de desestatização da administração, movimento que completa o anterior, que tornou as operações portuárias, processadas por empresas privadas já há muito tempo. É um grande movimento por si só. As autoridades portuárias são muito mais do que simples (se isso fosse simples) síndicas do condomínio ocupado pelos operadores portuários, responsáveis apenas por zelar pelo espaço físico e instalações ocupadas pelo Porto Organizado.

Podemos esperar por processos de trabalho, que entreguem maior qualidade, menor custo e ciclo operacional e por aspectos ainda mais sofisticados, como ESG (Environmental, Social e Governance). Em bom português, haverá um expressivo número de projetos acontecendo nas áreas de sustentabilidade, conservação e desenvolvimento de alternativas energéticas, responsabilidade social e outros ligados ao relacionamento entre acionistas, fiscalização e agências reguladoras.

Vamos começar pelo autoconhecimento. Enquanto empresas e entidades portuárias estiverem oferecendo oportunidades de qualificação profissional aos diversos níveis - do operacional à alta gestão, passando pelas funções técnicas e administrativas - será mandatório que o trabalhador portuário (vinculado e avulso) compreenda esse cenário e, mais importante, queira participar.

Um detalhe importante: sozinho, será mais difícil ao trabalhador portuário compreender o processo de “querer”. Será fundamental, a ajuda, de atores importantes nesse processo, como os sindicatos, ajudando-nos a construir o convencimento necessário sobre quanto é importante que cada um assuma o todo ou parte de seu próprio desenvolvimento profissional e, por consequência, a continuidade das categorias profissionais.

Entidades patronais contribuirão muito se conseguirem tornar mais claros os rumos do setor, ajudando-nos a compreender quais serão as tecnologias e processos que deveremos aprender para sermos profissionalmente viáveis nas empresas portuárias.

Dito isso, vamos falar de autodesenvolvimento, esforço pessoal que nos torna mais capazes profissionalmente falando, na medida em que aumentamos no nosso leque de competências (técnicas e comportamentais), habilidades e comportamento. Auto desenvolver-se é sair da zona de conforto. É assim que nos tornamos capazes de gerar maiores e melhores resultados para as organizações em que trabalhamos.

Para que exista, é necessário que cada um de nós seja profissionalmente curioso e proativo. Capaz de desenvolver novos hábitos no trabalho e avaliar sem cessar o ambiente à nossa volta e os casos de sucesso que ocorrem. Como vimos, manter a empregabilidade é muito mais do que vã filosofia. Ter trabalho dá muito trabalho. Ainda bem.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 09/11/2021

GREVE DOS CAMINHONEIROS CHEGA AO FIM APÓS UMA SEMANA DE MOBILIZAÇÃO NO PORTO DE SANTOS

Decisão foi tomada em tumultuada assembleia realizada nesta segunda-feira (8)

Por: Sandro Thadeu

A greve dos caminhoneiros de Santos chegou ao fim. A decisão de encerrar a paralisação iniciada no dia 1º deste mês foi tomada pela categoria no início da noite de desta segunda-feira (8), durante tumultuada assembleia realizada na sede do Sindicato dos Operadores e Trabalhadores Portuários de Santos (Sintraport).

A diretoria do Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos da Baixada Santista (Sindicam) conseguiu negociar um acordo com as pequenas e médias transportadoras para viabilizar o retorno das atividades.

A principal conquista obtida pela categoria foi um reajuste fixo nos valores dos fretes para viagens realizadas em um raio de 150 quilômetros do Porto de Santos. Para destinos mais distantes, a correção será de 10%.

Uma nova reunião entre a entidade sindical e as transportadoras será realizada no dia 20 do próximo mês. "Trata-se de um momento histórico. O caminhoneiro do Porto de Santos terá um parâmetro para os seus fretes", destacou o presidente do Sindicam, Luciano Santos de Carvalho.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/11/2021

CRESCER A MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS RUMO A TERMINAIS DE CONTÊINERES DO PORTO DE SANTOS

Uma semana após o início da greve dos caminhoneiros, acesso de veículos se intensificou nesta segunda-feira

Por: Fernanda Balbino



De braços cruzados desde o dia 1º, os caminhoneiros tentam chamar a atenção do governo sobre uma série de reivindicações da categoria Foto: Sílvio Luiz/AT

A movimentação de veículos em direção aos terminais de contêineres do Porto de Santos começou a se intensificar nesta segunda-feira (8). A diferença foi notada antes mesmo da



categoria decidir encerrar a paralisação, no início da noite. Ao longo do dia, apenas os profissionais que fazem o transporte de caixas metálicas vazias mantiveram o movimento. Os demais retornaram gradativamente ao trabalho.

De acordo com o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, na última sexta-feira (5) começaram a circular os primeiros veículos. Nesta segunda, na Avenida Xavier da Silveira, vários caminhões já trafegavam mesmo sem escolta.

“Estamos incentivando conversas com clientes, importadores e exportadores, para que desde que tenha condições, eles requerem transporte com escolta para evitar do pessoal ser agredido ou atingir o patrimônio. Mas até agora, ninguém se atreveu a isso”, explicou o executivo.

Um dos principais terminais de contêineres do Porto de Santos, a DP World Santos, na Área Continental de Santos, já percebe uma retomada gradual na movimentação de veículos. No entanto, ainda não consegue avaliar em quanto tempo ocorrerá a liberação de todo o volume parado por quase uma semana.

A Santos Brasil, responsável pelas operações do Tecon Santos, na Margem Esquerda (Guarujá) informou que operou normalmente durante toda a semana passada, mas que o fluxo de entrada e saída de caminhões foi abaixo do normal na instalação. “Desde sábado (6), se percebe uma retomada gradual do movimento de caminhões no terminal, com intensificação do fluxo nesta segunda-feira”.

Já a Brasil Terminal Portuário (BTP) informou, em nota, que suas operações estão ocorrendo dentro da normalidade.

De acordo com a Autoridade Portuária de Santos, os navios que aguardavam os caminhões para realizar a descarga direta de cargas como sal e fertilizantes já normalizaram suas operações. Na semana passada, dez embarcações chegaram a ficar paradas.

“Ainda há uma temeridade em relação a essas operações”, afirmou Roque. Segundo o executivo, ainda há receio, por parte de importadores e exportadores, de agressões a motoristas ou danos ao patrimônio.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 08/11/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ COMEÇA HOJE (08), ÀS 12H, SUA 512ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA. ROD SERÁ VIRTUAL

Reunião será virtual, via SEI, e terá a duração de 48h

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ realiza a sua 512ª Reunião Ordinária de Diretoria (ROD), que será virtual via SEI, no período das 12h de 08 de novembro às 12h de 10 de novembro.

Reuniões virtuais

Nesta modalidade de reunião cada diretor se manifestará de forma eletrônica nos prazos e horários estabelecidos no Calendário de Reuniões. Após a finalização do prazo para manifestação, o resultado das deliberações poderá ser consultado no link abaixo:

www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/resultado-das-reunioes-virtuais-da-diretoria-1

Clique aqui acessar a pauta da 512ª Reunião Ordinária Virtual de Diretoria da ANTAQ.

https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/copy3_of_Pauta512ROD.pdf

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 09/11/2021



SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

SOPESP PARTICIPA DA MISSÃO INTERNACIONAL 2021 DO FÓRUM BRASIL EXPORT



Nos próximos dias, o SOPESP participará — representado pelo Presidente, Regis Prunzel e pelo Diretor-Executivo, Ricardo Molitzas — da Missão Internacional 2021 do Fórum Brasil Export.

Este ano, a comitiva com mais de 60 profissionais irá embarcar para Dubai, Emirados Árabes Unidos, um dos destinos internacionais mais desejados do mundo, aonde irão se juntar à CNI – Confederação Nacional da Indústria para visitar o Porto de Jebel Ali, participar do evento Expo Dubai, conhecer centros de negócios e de tecnologia, além de realizar sessões com agentes econômicos.

Através de uma ampla programação, o evento irá proporcionar aos participantes um intercâmbio de conhecimento e

oportunidades de networking do setor.

Saiba mais sobre o Fórum Brasil Export:

O Brasil Export é um Fórum permanente, multisetorial, agregador e organiza dinâmicas para promoção do diálogo entre os diferentes agentes envolvidos com as operações portuárias, de logística e de infraestrutura no País. Atualmente conta com mais de 250 conselheiros, profissionais qualificados que atuam no setor privado, em entidades representativas e no poder público.

www.brasilexport.com.br

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/11/2021



MAERSK EXPANDE TERMINAIS COM ACORDOS NA CROÁCIA E ARÁBIA SAUDITA

Informação: *The Maritime Executive* (9 de novembro de 2021)



A Maersk vai expandir e desenvolver um porto de classe mundial na Croácia

A principal empresa de transporte AP Moller-Maersk continua avançando com sua estratégia de negócios projetada para construir as operações de logística da empresa como parte do plano de expansão como fornecedora de serviço completo para remetentes. Na semana passada, por meio de sua operação de terminais APM, a

empresa anunciou mais dois projetos de terminal com foco na expansão das operações na Europa Oriental e no Oriente Médio.

A APM Terminals e a empresa croata ENNA formalizam um projeto para o desenho, construção e operação do novo terminal de contêineres no porto croata de Rijeka que, segundo as empresas, servirá como uma nova porta de entrada para a Europa Central capaz de movimentar os maiores navios de contêineres do mundo. No início da semana, a Maersk assinou um acordo com a Saudi Ports Authority Mawani para o desenvolvimento de um novo parque logístico integrado no Porto Islâmico de Jeddah, na Arábia Saudita.

“Para terminais APM, o desenvolvimento desta nova instalação está em linha com nossa estratégia recém-lançada de “Mais seguro, melhor, maior”. Queremos expandir nossos negócios onde fizer sentido e onde nossos clientes precisarem de nós, e este é claramente o caso da Rijeka”, compartilhou o CEO da APM Terminals, Morten Engelstoft.

O desenvolvimento da operação do terminal de contêineres em Rijeka começou há mais de uma década com o apoio do Banco Mundial. A primeira parte do porto de contêineres de alto mar foi inaugurada em 2019. Segundo o acordo, as duas empresas formarão uma joint venture de 51 por cento da Maersk que terá uma concessão de 50 anos para a operação do Rijeka Gateway.

O acordo prevê o desenvolvimento da instalação em duas fases, com a primeira parte prevista para estar operacional em três anos e meio. Após a conclusão da Fase 2, as duas fases juntas terão uma capacidade projetada de 1.055.000 TEU. A primeira fase inclui um cais de 1.300 pés que será expandido para 2.230 pés durante a segunda fase. Inicialmente, haverá dois guindastes navio-terra com um terceiro adicionado durante a segunda fase. Os guindastes, os maiores atualmente disponíveis no mercado, darão ao Rijeka Gateway a capacidade de atender navios de até 24.000 TEUs.

Outra característica importante do novo terminal será uma conexão ferroviária expandida com o interior, ligando Rijeka não só com o resto da Croácia, mas também com os mercados vizinhos.

“O Rijeka Gateway e a modernização da infraestrutura ferroviária é o maior projeto nacional da Croácia que conectará o Porto de Rijeka com a Croácia continental e os países da Europa Central, facilitando oportunidades de negócios e rápido crescimento econômico não apenas em logística, mas em todos os serviços e indústrias”, disse Pavao Vujnovac, Presidente do Conselho de Administração do Grupo ENNA.

O acordo na Arábia Saudita é para um projeto greenfield que é o primeiro do tipo no Reino projetado para criar uma infraestrutura para armazenamento e distribuição, armazenamento refrigerado, e-commerce e servir como um hub para transbordos, consolidação petroquímica, frete

aéreo, e carga. O acordo prevê um investimento de mais de \$ 136 milhões com uma vida operacional de 25 anos.

Eles citaram a localização estratégica no porto de Jeddah, ao longo da costa do Mar Vermelho. É o maior porto em termos de volume e movimentação de carga da Arábia Saudita, movimentando mais de cinco milhões de TEU, incluindo mais de dois milhões e meio de TEUs transbordados pelo Porto Islâmico de Jeddah todos os anos.

A Maersk expandiu suas operações para abranger 130 países, incluindo 75 terminais. A estratégia da empresa é continuar a expandir a parcela de suas operações nos próximos anos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/11/2021

CANAL DE SUEZ BATE RECORDE DE CARGA MENSAL

Informação: ANBA (9 de novembro de 2021)



O canal egípcio foi via para 1.847 navios, com 112,1 milhões de toneladas de carga líquida, em outubro – Foto: Divulgação ANBA

Cairo – O chefe da Autoridade do Canal de Suez, Osama Rabie, anunciou que um volume recorde de carga passou pelo canal no mês de outubro, atingindo a marca histórica de 112,1 milhões de toneladas. Os dados apontam que a via recebeu 1.847 navios, acréscimo de 14% em relação aos 1.620 navios recebidos no mesmo mês do ano passado. Em tonelagem, a alta foi de 11,4% sobre as 100,6 milhões de toneladas de outubro

de 2020.

Rabie destacou o crescimento significativo de 12,4% no faturamento do Canal de Suez em outubro, após ter conseguido aumentar suas receitas do mês de US\$ 490,2 milhões em 2020 para US\$ 551,1 milhões em 2021.

Construído artificialmente, o Canal de Suez é uma via navegável no Egito, com 193 quilômetros de comprimento, conectando os mares Mediterrâneo e Vermelho. O canal permite que as embarcações cruzem entre a Europa e a Ásia em ambas as direções simultaneamente, e é a trilha marítima mais rápida para transporte entre esses continentes, com economia de tempo de viagem de 15 dias em relação ao Cabo da Boa Esperança.

Rabie explicou que o crescimento da taxa de navegação no canal é consequência de uma série de políticas que foram adotadas para lidar com os mais variados tipos de embarcações que transitam pelo canal, especialmente os navios de gás natural liquefeito. Segundo ele, passaram pelo canal em outubro 84 navios gaseiros frente 46 gaseiros do mesmo mês de 2020. Esses números caracterizam uma alta sem precedentes de 82,6%, no que tange à quantidade de gaseiros. Também houve aumento de 87,5% no volume de carga transportada por eles.

Houve ainda grande avanço na quantidade de navios como em suas cargas no acumulado do ano. De janeiro a outubro, o número de embarcações chegou a 17.020 frente a 15.640 no mesmo período do ano passado, um aumento de 8,8%. A carga transportada pela via ficou em a 1,050 bilhão de toneladas, sendo que a de janeiro a outubro de 2020 foi de 968,6 milhões de toneladas. Apesar dos desafios enfrentados pelo mundo este ano, o Canal de Suez conseguiu faturar US\$ 5,2 bilhões nos dez primeiros meses deste ano, um aumento de 12,4% em relação ao mesmo período do ano passado, que foi US\$ 4,6 bilhões.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/11/2021

SPA – NOTA À IMPRENSA: FIM DA GREVE DOS CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS

Informação: Santos Port Authority (9 de novembro de 2021)

Porto de Santos não parou de operar durante manifestação

Caminhoneiros autônomos que atuam no Porto de Santos encerraram a greve que completou uma semana nesta segunda-feira (8). Em assembleia realizada nesta tarde, a categoria decidiu retornar ao trabalho. Os autônomos representam aproximadamente 30% dos caminhoneiros que atuam no Porto de Santos.

O acesso ao Porto de Santos fluiu normalmente durante esse período, sem retenção ao tráfego nem concentração de caminhões parados.

A Polícia Militar do Estado de São Paulo, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e a Guarda Portuária, sob a coordenação da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Cesportos-SP), órgão responsável pela segurança pública portuária, atuaram numa força-tarefa estratégica para garantir a fluidez das cargas por meio do maior porto marítimo da América Latina. Um efetivo de 200 homens foi destacado para formar um grande corredor de segurança desde o acesso aos terminais até a subida da Serra do Mar.

As forças de segurança realizaram escoltas de caminhões na saída, na chegada e dentro do Porto para evitar atos de vandalismo e garantir a segurança dos que não aderiram à greve. Polícia Militar do Estado de São Paulo e Polícia Rodoviária Federal fizeram patrulhamento aéreo sobre o Porto e acessos em esquema 24/7.

Santos Port Authority
Superintendência de Comunicação Corporativa

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/11/2021

EXPERIÊNCIAS DO BRASIL NA AGRICULTURA PODEM AJUDAR OUTROS PAÍSES A MITIGAR EMISSÕES, DIZ secretário do Mapa na COP26

Informação: Revista Cultivar (9 de novembro de 2021)



Fernando Camargo apresentou as tecnologias de baixa emissão de carbono já adotadas na agropecuária brasileira em dois painéis de alto nível. – Foto: Divulgação Mapa

A disseminação de técnicas produtivas sustentáveis a todos os produtores rurais, com apoio especial aos pequenos, é o caminho para impulsionar um comércio agrícola socialmente inclusivo,

economicamente lucrativo e positivo para o meio ambiente. E o Brasil pode compartilhar suas experiências, como as técnicas desenvolvidas pela Embrapa e o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), com países semelhantes, ajudando a promover resiliência, adaptação e mitigação de emissões de gases do efeito estufa.

Essa foi a mensagem levada pelo secretário de Desenvolvimento Sustentável e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Fernando Camargo, durante debate que reuniu líderes de diversos países neste sábado (6) para discutir o Diálogo sobre Florestas,



Agricultura e Comércio de Commodities (FACT Dialogue, em inglês) durante a COP26, em Glasgow.

“Não é possível exigir padrões de sustentabilidade, transparência e rastreabilidade sem qualificar, de forma concomitante, os produtores para atendê-los. Do contrário, correremos o risco de criar um sistema de exclusão, condenando os produtores menos eficientes à pobreza e ao uso de práticas predatórias”, disse o secretário, lembrando que a pesquisa e a inovação constituem a base do progresso alcançado pelo Brasil na produção agrícola e pecuária.

Camargo destacou que o Brasil subscreve a declaração conjunta e esteve engajado em todos os grupos de trabalho do Diálogo FACT e continuará atuando de forma proativa, buscando parcerias e uma abordagem inclusiva “A agricultura é parte da solução. Através do diálogo FACT, podemos transformar essa máxima em realidade”, concluiu.

O Diálogo FACT (Forest, Agriculture and Commodity Trade) é um plano histórico de colaboração apoiado por 28 países para combater o desmatamento por meio do comércio global sustentável em commodities agrícolas. Ministros, líderes empresariais e representantes da sociedade civil destacaram iniciativas para cumprir o desafio de evitar que o aquecimento global ultrapasse um aumento de 1,5°C protegendo e restaurando florestas e ecossistemas ricos em carbono.

O painel foi apresentado pela ex-primeira-ministra do Reino Unido Theresa May e pela diretora do International Trade Centre, Pamela Coke-Hamilton. O debate sobre agricultura e apoio aos pequenos produtores também teve a participação da diretora-geral de Meio Ambiente da Comissão Europeia, Florika Fink-Hooijer; do CEO da Sainsbury's, Simon John Roberts; da representante da Força-Tarefa da Tropical Forest Alliance, além da fala de um produtor rural de coco de Gana.

Agricultura movida a ciência

Em outro painel, o representante do Ministério da Agricultura destacou as tecnologias de baixa emissão de carbono já adotadas na agropecuária brasileira e as metas para a próxima década, com o Plano ABC+. Por meio da disseminação de técnicas de produção sustentáveis, o objetivo é disseminar as tecnologias de baixa emissão de carbono a mais 72 milhões de hectares de terras agricultáveis, promovendo ganhos de produtividade em terras agrícolas já consolidadas, sem a necessidade de converter novas áreas à atividade produtiva.

“O Brasil não precisa derrubar nenhuma árvore de forma ilegal”, destacou Fernando Camargo, em painel sobre a transição para uma agricultura sustentável. Camargo lembrou que a agricultura brasileira é movida a ciência e que, nos últimos 50 anos o país desenvolveu um modelo de agricultura tropical baseado em pesquisa e inovação que conjuga de forma singular os três pilares da sustentabilidade.

“A partir de investimentos na tropicalização de variedades de plantas e animais, no desenvolvimento de práticas produtivas adaptadas às condições naturais do nosso território e na qualificação de nossos produtores, deixamos de ser um país importador líquido de alimentos e atingimos a condição de terceiro maior exportador mundial de alimentos, fibras e bioenergia”, disse, lembrando que o Brasil quer compartilhar essa experiência com países de realidades semelhantes, especialmente os países da África, que fazem parte do mesmo cinturão tropical.

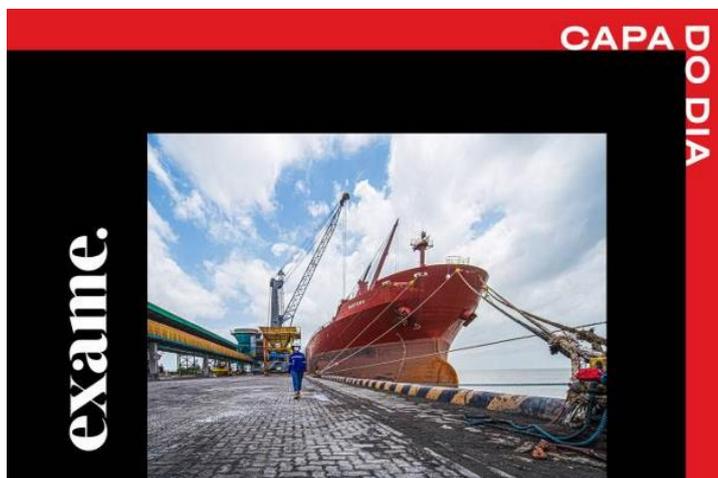
Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/11/2021

A FORÇA DO AGRO: PORTO DE ITAQUI, NO MARANHÃO, BATE TODOS OS RECORDES

Aumento da produção de soja e milho na região Norte traz movimentação inédita em terminal portuário, que já cresceu 34% neste ano

Por Carla Aranha



Porto de Itaqui, no Maranhão, cresce 34% e bate recorde de embarques (Leandro Fonseca/Exame)

Em outubro, começou uma contagem regressiva no porto de Itaqui, no Maranhão, então prestes a bater um recorde no volume de embarques. No dia 11, uma segunda-feira ensolarada, os funcionários aguardavam com ansiedade a chegada do Elandra Willow, petroleiro fabricado pela multinacional Hyundai, imbuído da missão de levar uma carga de combustível ao porto de Santos. A data representou um marco histórico:

com o carregamento do navio, o porto de Itaqui bateu o total de movimentação de 2020.

Não que conquistas como essa sejam uma novidade: no primeiro semestre deste ano, os embarques somaram 25 milhões de toneladas, principalmente de grãos e outros produtos ligados ao agronegócio, quase o total movimentado em 2020 e 34% a mais do que no mesmo período do ano passado. “Mas não esperávamos um resultado tão positivo com tamanha antecedência ao final do ano”, diz Ted Lago, presidente do porto de Itaqui, em São Luís, em entrevista exclusiva à EXAME.

A expectativa é terminar o ano com 29 milhões de toneladas de carga embarcada. Os bons resultados já conquistados, aliados a perspectivas ainda melhores, vem transformando o porto de Itaqui – no primeiro semestre, ele foi alçado à condição de quarto maior do país.

Os grandes campeões deste ano devem ser os fertilizantes, com embarques 18% superiores aos de 2020, seguidos por grãos (9%). “Dissemos para os produtores rurais: vocês podem produzir, nós temos capacidade de embarcar”, diz Lago.

A proximidade com uma das maiores regiões produtoras de grãos do país e uma gestão azeitada, baseada em um pipeline de investimentos combinado a melhorias operacionais, ajudam a explicar o bom momento do porto de São Luís.

Agronegócio

Hoje, a região conhecida como Matopiba, que se estende pelo Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, considerada a nova fronteira agrícola do país, já responde por 12% da produção total de soja, um dos principais carros-chefes das exportações brasileiras, com 28 bilhões de toneladas embarcadas em 2020 e um faturamento de 40 bilhões de dólares. Quase a totalidade dessa produção é escoada por navios que atracam em São Luís, com destino à China, Europa e outros continentes.

A perspectiva é que a produção de soja e milho no Matopiba deve dobrar até 2030, atingindo 33 milhões de toneladas, segundo o Ministério da Agricultura. Para exportar todo esse volume de grãos, a estrutura logística precisará estar tinindo – e quem souber aproveitar as oportunidades deverá sair na frente.



“O porto de Itaqui vem se consolidando como a grande porta de saída da região, aumentando grandemente a capacidade de armazenamento e embarque para atender uma demanda cada vez mais em alta”, diz Diogo Piloni, secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura. “O agronegócio importa fertilizantes e combustíveis, que chegam pelo porto, e exporta alimentos, em uma solução logística muito interessante”.

Em março, foi inaugurado um novo terminal de fertilizantes, depois de 18 meses de obras, viabilizadas com investimentos da ordem de 110 milhões de reais. A novidade vai permitir a movimentação de 3,5 milhões de fertilizantes por ano, aumentando em pelo menos 30% a capacidade do porto.

No primeiro semestre do ano que vem, a cadeia logística da importação do produto deverá ganhar outro salto de produtividade, com a implementação do transporte ferroviário entre Itaqui e o município de Palmeirante, no Tocantins, com localização estratégica no Matopiba, por meio de uma parceria com a operadora VLI. A construção do ramal, que será conectado à ferrovia Norte-Sul, deve custar cerca de 200 milhões de reais. Para o produtor, uma das principais vantagens deverá ser um custo menor de transporte e uma maior agilidade na importação.

Competitividade

“Está acontecendo um movimento muito bom no país, de aumento de competição entre os portos, principalmente aqueles da chamada saída Norte e saída Sul”, diz o economista Cláudio Frischtak, sócio da consultoria Inter.B. “Historicamente, a grande saída para os produtos do agronegócio era o porto de Santos e Paranaguá, no Paraná, e isso foi mudando”.

Nos últimos anos, os investimentos no porto de Itaqui chegam a 2 bilhões de reais. Boa parte desse dinheiro foi direcionada a melhorias como o novo terminal de fertilizantes e, talvez maior importante ainda, e em um dos maiores projetos de infraestrutura logística para exportação de soja.

Com o aumento da produção de grãos, o Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram) passou por uma expansão em setembro do ano passado, duplicando sua capacidade para 15 milhões de toneladas. Agora, a operadora da unidade, a Corredor Infraestrutura e Logística (CLI), comprada pela gestora IG4 Capital em 2020, estuda uma nova ampliação. “O custo logístico menor proporcionado por essas melhorias deverá tornar o agronegócio e as exportações brasileiras em geral mais competitivas”, diz Piloni.

Nos próximos anos, a conclusão das obras da ferrovia Norte-Sul, que vai ligar o porto de Itaqui ao de Santos, deve adicionar um caldo extra à rota de escoamento dos produtos do agronegócio nas regiões Centro-Oeste e Norte. Mesmo antes da inauguração do novo trecho ferroviário, inovações na regulamentação do setor, com a aprovação do marco regulatório que estabelece o regime de autorizações, sem a obrigatoriedade de licitações, estão movimentando o mercado.

A VLI já anunciou que pretende investir 15 bilhões de reais até 2030 em soluções logísticas para o Norte, o que deve beneficiar o porto de Itaqui. A empresa pretende operar mil quilômetros de trilhos no Mato Grosso, Maranhão e Minas Gerais. Ao mesmo tempo, a CLI fechou acordos com grandes traders do agronegócio, como a Cargill, Bunge e ADM, para a exportação de mais de 3 milhões de toneladas de grãos pelo porto de Itaqui até 2025.

Com resultado recorde no Brasil em 2020, quando apresentou receita operacional líquida de quase 70 bilhões de reais, 38% a mais do que em 2019, a Cargill, uma das maiores empresas de agronegócio do mundo, com operação no porto do Maranhão, se prepara para um novo salto de produção.

Vem aí, segundo previsões da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), uma safra recorde de soja, de mais de 141 milhões de toneladas, 4% a mais que em 2020. “Já temos

algumas das operações mais produtivas do país, com o embarque de 70 mil toneladas em dois dias e meio”, diz Lago. “O agronegócio é nosso motor de crescimento”.

Fonte: Revista EXAME

Data: 09/11/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

GOVERNO ENFRENTA STF, PDT E PSB EM DIA DECISIVO À APROVAÇÃO DA PEC DOS PRECATÓRIOS

Por Filipe Prado



Ministra Rosa Weber, do STF, negou o cancelamento da tramitação da PEC dos Precatórios e também barrou o uso do orçamento secreto para negociar a PEC até o plenário do STF votar a questão (Crédito: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

O governo tenta aprovar nesta terça-feira (9) o segundo turno da Proposta de Emenda da Constituição (PEC) dos Precatórios, que adia e parcela os gastos da União com dívidas

judiciais e abre espaço no Orçamento de 2022 para financiar o Auxílio Brasil.

Líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR) afirmou que a votação será realizada e aprovada nesta terça. “Vamos votar de qualquer forma, estamos mobilizando os parlamentares porque temos um prazo para aprovar no Senado e implementar a medida”, afirmou o deputado federal à GloboNews.

O texto base da PEC dos Precatórios foi aprovado, em primeiro turno, na última semana com 312 votos favoráveis – projetos que alteram a Constituição, como as PECs, precisam de um mínimo de 308 votos favoráveis. A votação do segundo turno, que define os destaques do projeto, também requer a mesma quantidade de votos.

Caso seja aprovado, o texto segue ao Senado, onde precisará de 49 votos, do total de 81 senadores, para ser aprovada. Na sequência, o projeto poderá ser sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

A aprovação da PEC dos Precatórios é essencial à estratégia eleitoral de Bolsonaro à reeleição porque abre espaço para o governo gastar mais 91,6 bilhões no Orçamento de 2022, dos quais R\$ 50 bilhões seriam destinados ao financiamento do Auxílio Brasil, programa que substitui o Bolsa Família.

O novo programa, regulamentado nesta segunda-feira (8), tem início no próximo dia 17 de novembro, apesar de ainda não ter seu financiamento definido. Com a aprovação da PEC dos Precatórios, o governo promete pagar R\$ 400 para 17 milhões de famílias até 31 de dezembro de 2022, o que deve ser a principal bandeira publicitária do governo na próxima corrida eleitoral.

Caso a PEC seja derrotada, o governo pode retomar o Auxílio Emergencial, que terminou em 31 de outubro e atualmente apenas libera saques, via uma nova Medida Provisória (MP).

Mudanças no PDT e no PSB



Dos 312 votos que aprovaram a PEC no primeiro turno, ao menos 34 foram de deputados de siglas de centro-esquerda, como PDT e PSB. Ciro Gomes chegou a suspender sua pré-candidatura à Presidência da República pelo PDT em protesto pela votação da bancada.

A pressão funcionou: líder do PDT na Câmara, Wolney Queiroz (PDT-PE) publicou na madrugada desta terça (9), em seu Twitter, que a bancada do partido decidiu mudar os votos na votação do segundo turno da PEC dos Precatórios. “A decisão se deu em nome da preservação da nossa unidade partidária”, afirmou.

Já o presidente do PSB, Carlos Siqueira, disse que desistiu de unificar os votos de sua legenda contra a PEC dos Precatórios. O PSB deu 9 votos à PEC no primeiro turno. Apesar da expectativa de Siqueira de conseguir mudar alguns votos, é incerto como a bancada deve se comportar.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arhur Lira (Progressistas-AL), também pode adiar a votação se perceber que a PEC corre o risco de ser derrotada.

Quem apoia os Precatórios?

Apenas dois partidos votaram com 100% de suas bancadas a favor da PEC dos Precatórios no primeiro turno: Patriota e Solidariedade, que integram a base de apoio do governo. Já os partidos que votaram 100% contra a PEC foram: Novo, PCdoB, Rede e deputados sem partido – no caso, apenas Rodrigo Maia, ex-presidente da Casa.

Principal partido de oposição ao governo, o PT também votou contra a PEC, mas teve oito parlamentares ausentes na votação. Já o PSL, antigo partido do presidente Bolsonaro e o que tem a maior quantidade de deputados federais (54), registrou 41 votos a favor e 6 contrários com 7 ausências. O PSDB deu 22 votos favoráveis e 6 contrários. O MDB registrou 10 votos a favor e 13 contra.

Judicialização da PEC

Com a denúncia de que o governo distribuiu R\$ 1,2 bilhão em emendas de relator, também chamado de orçamento sec

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 09/11/2021

CÂMARA REJEITA 1º DESTAQUE DO PT EM PEC DOS PRECATÓRIOS E SINALIZA “FOLGA” GOVERNISTA

Por Ricardo Brito e Maria Carolina Marcello

BRASÍLIA (Reuters) – O plenário da Câmara dos Deputados rejeitou nesta terça-feira o primeiro destaque apresentado pelo PT à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera a forma de pagamento dos precatórios, em um sinal de que a base aliada pode ter uma maioria folgada para conseguir concluir a votação da medida.

Os deputados rejeitaram o destaque petista com 336 votos a favor da manutenção do texto-base, 140 contra e uma abstenção, em um total de 478 votantes.

Nessa primeira votação, deputados mantiveram no texto da PEC dispositivos que prevêm a possibilidade da utilização de precatórios por credores privados para a quitação de débitos em dívida ativa, compra de imóveis públicos, pagamentos de outorgas e aquisição de participação societária, além da compra de direitos.

Esse placar indica uma maioria mais folgada do que os governistas tiveram na semana passada, quando o texto-base da PEC foi aprovada em primeiro turno, com 312 votos –somente quatro a mais que o mínimo necessário para a aprovação de uma PEC. Deputados aplaudiram o resultado em plenário.

Essa primeira votação também já teve um quórum de votação mais elevado que o da semana passada –foram 478 votantes, ante os 456 da etapa anterior.

Em entrevistas, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), garantiu que a PEC iria ter uma votação melhor nesta terça. Ele e aliados do governo trabalham para concluir os destaques do primeiro turno –são 11 ao todo– e depois votar a proposta em segundo turno ainda nesta terça-feira.

Esse esforço tem por objetivo enviar a PEC para o Senado e, caso aprovada na outra Casa Legislativa, viabilizar o Auxílio Brasil, programa social que substitui o Bolsa Família que, somado a benefício temporário, permitirá que sejam oferecidos ao menos 400 reais a famílias de baixa renda.

A votação da PEC, aprovada em primeiro turno na semana passada por uma estreita margem de votos, ocorre em meio a recursos apresentados por deputados ao Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender a votação da proposta.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 09/11/2021

MONEY TIMES

MONEYTIMES

TAIWAN DIZ QUE CHINA PODE BLOQUEAR SEUS MAIORES PORTOS E VÊ AMEAÇA “GRAVE”

Por Reuters



A China jamais renunciou ao uso da força para submeter a democrática Taiwan ao seu controle (Imagem: Pixabay/glaborde7)

As Forças Armadas da China são capazes de bloquear os principais portos e aeroportos de Taiwan, disse o Ministério da Defesa da ilha nesta terça-feira, apresentando sua avaliação mais recente do que descreve como uma ameaça militar “grave” de sua vizinha gigante.

A China jamais renunciou ao uso da força para submeter a democrática Taiwan ao seu controle e está intensificando sua atividade militar ao redor da ilha, inclusive enviando aviões de guerra com frequência à zona de defesa aérea taiwanesa.

Em um relatório que emite a cada dois anos, o Ministério da Defesa de Taiwan disse que a China lançou o que qualificou como uma guerra de “zona cinzenta”, citando 554 “intrusões” de aviões de guerra chineses no teatro de operações de sua zona de defesa aérea no sudoeste entre setembro do ano passado e o final de agosto.

Analistas militares dizem que a tática almeja derrotar Taiwan pelo cansaço, noticiou a Reuters no ano passado.

Ao mesmo tempo, o Exército de Libertação Popular chinês está pretendendo finalizar a modernização de suas forças até 2035 para “obter superioridade em possíveis operações contra Taiwan e capacidades viáveis para conter forças estrangeiras, o que representa uma ameaça grave à nossa segurança nacional”, disse o ministério de Taiwan.

“No momento, o Exército de Libertação Popular é capaz de realizar um bloqueio local conjunto contra nossos portos e aeroportos críticos e nossas rotas de voos de partida, cortar nossas linhas de comunicação terrestres e marítimas e impactar o fluxo de nossos suprimentos militares e recursos de logística”, disse a pasta.

A China vê Taiwan como parte do território chinês. Seu Ministério da Defesa não respondeu de imediato a um pedido de comentário.

A presidente da ilha, Tsai Ing-wen, diz que Taiwan já é um país independente e promete defender sua liberdade e sua democracia.

Tsai prioriza o fortalecimento das defesas de Taiwan, prometendo produzir mais armas desenvolvidas domesticamente, inclusive submarinos, e comprar mais equipamentos dos Estados Unidos, seus principais fornecedores de armas e apoiadores internacionais.

Em outubro, Taiwan relatou 148 aviões da Força Aérea chinesa no teatro do sul e do sudoeste de sua zona de defesa aérea durante um período de quatro dias, uma escalada dramática da tensão bilateral.

O aumento recente de exercícios militares da China na zona de defesa de identificação aérea de Taiwan é parte do que a ilha vê como uma estratégia de assédio planejada cuidadosamente.

Fonte: MoneyTimes

Data: 09/11/2021

BRASIL BATE RECORDE DE EXPORTAÇÃO DE SOJA ANTES DO FIM DO ANO, DIZ ANEC

Por Reuters



Em 2020, o Brasil exportou 82,3 milhões de toneladas, ficando muito perto de um recorde de 2018, de 82,88 milhões de toneladas, segundo números da Anec (Imagem: REUTERS/Daniel Acker)

O Brasil deverá exportar cerca de 2,6 milhões de toneladas de soja em novembro, o que elevará o total embarcado nos 11 meses do ano para 84,56 milhões de toneladas, novo recorde anual do país, de acordo com dados da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) nesta terça-feira.

Em 2020, o Brasil exportou 82,3 milhões de toneladas, ficando muito perto de um recorde de 2018, de 82,88 milhões de toneladas, segundo números da Anec.

Até a semana passada, a previsão de exportação de soja do Brasil em novembro era de 1,93 milhão de toneladas, o que elevaria o total no acumulado do ano para 83,8 milhões de toneladas.

As exportações de soja do Brasil avançaram em 2021 com um câmbio favorável para embarques, além de uma oferta volumosa. O país colheu recorde da oleaginosa de cerca de 137 milhões de toneladas, segundo números do governo.

Cerca de 70% dos embarques brasileiros no ano até outubro tiveram como destino a China, seguida por Espanha (4%), Holanda (4%), Tailândia (3%) e Turquia (3%), entre outros destinos de menor importância, segundo a Anec.

No caso do milho, as exportações foram estimadas em 2,65 milhões de toneladas em novembro, segundo dados da Anec nesta terça-feira. Seria a primeira vez, desde janeiro, que o país embarcaria tanto ou mais milho que soja em um mês.

Mas a exportação do cereal, ainda assim, ficará longe das melhores marcas históricas anuais do país, acima de 40 milhões de toneladas, uma vez que a safra foi quebrada por seca e geadas.

A previsão de janeiro a novembro é de embarques de 17,2 milhões de toneladas de milho, cerca de metade em relação aos 33,4 milhões em todo o ano de 2020.

Fonte: MoneyTimes

Data: 09/11/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

PRIMEIRO RASCUNHO DE ACORDO DA COP26 EXCLUI COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

Por Juliana Ennes - 8 de novembro de 2021 - Atualizado em 9 de novembro de 2021 - Em Agendas da COP26, Petróleo e gás, Transição energética



Imagem de Bruno /Germany por Pixabay

Glasgow – A presidência da 26ª Conferência das Partes (COP26) publicou no último fim de semana um rascunho (.pdf) com itens que potencialmente deverão ser incluídos no acordo final da conferência.

O documento, chamado de non-paper por possuir somente itens isolados, lista os tópicos mais prováveis de criar consenso durante o processo de elaboração do documento final a ser gerado ao longo desta segunda semana de negociações.

Tópicos mais controversos, demandados pela sociedade civil, como a imposição de limites para o uso de combustíveis fósseis ou metas para que sejam completamente abandonados, não foram sequer citados no documento.

O assunto ganhou especial atenção nesta segunda (8), quando a ONG internacional de direitos humanos Global Witness publicou relatório denunciando que lobistas do setor de combustíveis fósseis inundaram a COP26. De acordo com o estudo, ao menos 503 representantes do setor de óleo e gás estão presentes na conferência — grupo maior do que qualquer delegação de países.

O mercado de carbono também não é diretamente citado, apesar de haver diretas referências a financiamento, inclusive expressando “profunda preocupação” com o fato de a meta de levantar US100 bilhões anuais para países em desenvolvimento não ter sido atingida até o momento.



Outro tópico que especialistas sentiram falta no documento é uma data para a eliminação do chamado gap de ambição, isto é, a lacuna nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) para limitar o aquecimento do planeta a 1,5 °C até o final do século.

Os debates sobre os documentos finais estão sendo conduzidos por ministros de Estado, que começaram a chegar nesta segunda. Representando o Brasil, o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Álvaro Pereira Leite, estava previsto para chegar na noite de hoje.

Enquanto alguns tópicos a serem decididos ao longo da semana são vistos como mais técnicos, parte das decisões têm forte natureza política, na avaliação do presidente da COP26, Alok Sharma.

“Alguns desses elementos são técnicos, mas há questões que também são políticas. Penso que a transparência no Artigo 6º exigirá a construção de um consenso político entre os ministros,” disse Sharma em coletiva de imprensa.

Archie Young, negociador líder do Reino Unido, disse que esta COP tem de fato muitos detalhes técnicos a serem decididos, mas que estes dependem também de discussões políticas.

Acordo para interromper financiamento aos fósseis

Na semana passada, um grupo de 25 países, incluindo Itália, Canadá, Estados Unidos e Dinamarca, juntamente com instituições financeiras públicas, assinaram uma declaração conjunta liderada pelo Reino Unido se comprometendo a encerrar o apoio público internacional para combustíveis fósseis até o final de 2022.

A prioridade deve ser o apoio à transição para energia limpa.

Potencialmente, pode deslocar para a transição com energia limpa cerca de US\$ 17,8 bilhões por ano em apoio público que antes iria para os fósseis.

A declaração reúne os chamados campeões do clima, incluindo a maior economia do mundo, os EUA:

- OCDE: Canadá, Costa Rica, Dinamarca, Finlândia, Nova Zelândia, Portugal, Eslovênia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.
- Fora da OCDE: Etiópia, Fiji, Mali, Ilhas Marshall, Moldávia, Sudão do Sul, Gâmbia, Zâmbia.
- Instituições financeiras públicas: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG, Brasil), Banco de Desenvolvimento da África Oriental (EADB), Banco Europeu de Investimento (EIB), Financierings-Maatschappij voor Ontwikkelingslanden NV (FMO) e Agence Française de Développement (AFD).

Na mesma semana, a coalizão OPEP+ decidiu manter a trajetória de aumento da produção de óleo, frustrando a demanda de países consumidores, especialmente dos EUA, que cobram, especialmente da Arábia Saudita, um aumento da oferta para conter a inflação global.

O recado da Arábia Saudita é que a indústria de óleo está sendo golpeada e precisa de sinais claros para planejar investimentos futuros. E mais: a culpa não é do óleo, mas do gás natural — recado para os países europeus que enfrentam um choque de oferta e demanda.

A Casa Branca de Joe Biden, eleito com a promessa de acelerar a descarbonização da economia dos EUA, diz que a OPEP está “ameaçando” a recuperação da economia global pós-pandemia ao se recusar a entregar mais óleo ao mercado internacional. Os preços do Brent subiram quase 60% este ano.

Sentença de morte para os combustíveis fósseis

Em agosto, um relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês) lançou um alerta dramático sobre as ambições firmadas por governos no Acordo de Paris por meio de suas NDCs.

Dos cinco cenários simulados pelos cientistas, três são classificados como catastróficos e apenas um traz uma janela de possibilidades para manutenção da vida no planeta como conhecemos.

A mensagem foi clara: “Deve soar como uma sentença de morte para os combustíveis fósseis”, declarou António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas à época.

Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês), há um caminho viável para alcançar a meta, mas ele é estreito e requer uma transformação sem precedentes na produção, transporte e uso da energia.



No documento Net Zero by 2050, a agência apresenta um roteiro com mais de 400 marcos para orientar os países rumo às emissões líquidas zero até 2050 – entre eles, interromper o desenvolvimento de novas reservas de óleo e gás.

Juliana Ennes

Especial para a COP26, em Glasgow. Radicada em Nova Iorque, especializada na América Latina, ela tem focado sua cobertura nos setores de energia e meio ambiente, finanças, negócios e

macroeconomia

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 09/11/2021

ACORDO ENTRE PETROBRAS E ANP PARA ROYALTIES DO XISTO É DENUNCIADO NA CVM

Por epbr - 9 de novembro de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter

Contato da redação
epbr@epbr.com.br

● AO VIVO COP26 | A partir das 18h, live comandada por Gabriel Chiappini repercute todos os acontecimentos do dia na Cúpula do Clima da ONU. Inscreva-se: <https://bit.ly/3tPKAKK>

em jogo

A ANP fará nesta terça (9/11), às 14h, audiência pública sobre proposta de acordo para os royalties da produção de petróleo e gás proveniente de xisto na Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), da Petrobras, em São Mateus do Sul (PR). A audiência também será transmitida pelo canal da ANP no YouTube.

— O imbróglio sobre os royalties da produção da SIX vem desde 2012. Após inúmeras discussões técnicas com a ANP, a Petrobras concordou com o pagamento parcelado de R\$ 559 milhões (a ser atualizado até a assinatura do acordo) e celebrar um contrato de concessão, com alíquota de royalties de 5%.

— O valor, porém, é questionado pelo governo do Paraná, pela Prefeitura de São Mateus do Sul e também pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), que estima o valor em R\$ 1 bilhão e solicitou à ANP a realização de audiência e consulta públicas.

— Na sexta (5/11), a Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro) ingressou com denúncia na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o acordo entre a petroleira e a ANP. Pede que a CVM investigue se houve abuso de poder e desvio de



finalidade, contrário aos interesses da Petrobras e de seus acionistas minoritários, apenas para tornar a SIX atraente para o mercado.

— Na denúncia encaminhada à CVM, a Anapetro contesta o fato de a Petrobras ter aberto mão de seus processos judiciais antes mesmo de ter a sentença, e de ter firmado, subitamente, acordo com a ANP.

— A SIX é um dos ativos incluídos no acordo firmado entre a Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para desinvestimento no refino. Até o momento, a petroleira já assinou contratos de venda das refinarias Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, e Isaac Sabá (Reman), no Amazonas.

— No início de outubro, a Petrobras anunciou o fim das negociações com a Ultrapar para a venda da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul. Outra venda fracassada foi a da Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco.

— Ainda estão em negociação, além da SIX, a Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais; a Lubnor, no Ceará; e a Getúlio Vargas (Repar), também no Paraná.

Consumo de energia cai 5,7% em outubro Temperaturas mais amenas no Sudeste e no Sul contribuíram para reduzir em 5,7% o consumo de eletricidade do Brasil em outubro, na comparação com igual período de 2020. Os dados preliminares são do Boletim InfoMercado Quinzenal, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

— O país utilizou 62.918 MW médios do Sistema Interligado Nacional (SIN) no último mês. O mercado regulado demandou 40.614 MW médios, volume 10,4% menor na comparação anual. Já o mercado livre utilizou 22.304 MW médios, alta de 4,2%.

— Desconsiderando os consumidores que se deslocaram entre os dois segmentos nos últimos 12 meses, o mercado regulado teria reduzido em 8% o seu consumo, enquanto o livre teria mantido estabilidade, com uma leve variação negativa de 0,3%.

— Outro fator relevante é o impacto da geração distribuída (GD) no ambiente regulado. Se não houvesse esse tipo de sistema, a redução no mercado regulado teria sido menor, de cerca de 9%.

Idec: novo empréstimo para distribuidoras é muito preocupante ONG de Defesa do Consumidor, o Idec está preocupado com a perspectiva de que o governo crie um novo empréstimo bancário, a ser pago no futuro pelos pequenos consumidores, para cobrir custos extraordinários do setor elétrico com a geração termelétrica.

— “O consumidor mal começou a pagar a conta-covid e já terá de assumir um novo empréstimo. Precisamos suspender essa prática e melhorar as regras do setor, de modo a diminuir os riscos de crises como a atual”, alerta o coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Idec, Claubert Leite.

— A proposta em discussão é que seja criado um empréstimo para recuperar o caixa das concessionárias entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões. A operação pode ser viabilizada via medida provisória, a ser encaminhada ao Congresso Nacional.

— Leite lembra que o novo desequilíbrio de caixa das distribuidoras reforça a necessidade de modernização do setor elétrico.

Cosan e Porto Seguro criam joint venture para mobilidade A Cosan fechou acordo com a Porto Seguro para criar a Mobitech, joint venture que atuará em soluções de mobilidade. Dentre os serviços a serem oferecidos estão modelos de assinatura de veículos e gestão de frotas para empresas, entre outras modalidades de locação de veículos.



— A Mobitech vai receber um aporte de cerca de R\$ 300 milhões da Cosan. Já a Porto Seguro vai contribuir com o negócio Carro Fácil, sociedade focada no ramo de assinatura de veículos. Serão também constituídos acordos operacionais e comerciais entre a Mobitech e as empresas e parceiros dos ecossistemas de ambos os sócios.

— O capital social da Mobitech será detido em iguais participações de 50% pela Cosan e pela Porto Seguro, e a joint venture contará com estrutura de gestão independente e governança corporativa própria.

— A formalização da parceria e o fechamento da operação dependem do cumprimento de condições usuais para transações desta natureza, incluindo a obtenção de autorização pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Caixa abrirá crédito para solar residencial A Caixa Econômica Federal anunciou que lançará uma nova linha de crédito voltada para pessoas físicas que permitirá o financiamento de sistemas de geração de energia fotovoltaica residencial. Ela se soma a outras três linhas ligadas às energias renováveis.

— Segundo o banco, o crédito pessoal Caixa Energia Renovável terá taxas a partir de 1,17%, e poderá financiar até 100% do projeto de implementação de energia solar. A nova linha deve ser disponibilizada nas agências em breve, mas não foi informada uma data específica. CNN Brasil

Combustíveis fósseis fora do acordo da COP26 A presidência da 26ª Conferência das Partes (COP26) publicou um rascunho com itens que potencialmente deverão ser incluídos no acordo final da conferência. E tópicos demandados pela sociedade civil, como a imposição de limites para o uso de combustíveis fósseis ou metas para que sejam completamente abandonados, não foram sequer citados no documento.

— O documento, chamado de non-paper por possuir somente itens isolados, lista os tópicos mais prováveis de criar consenso durante o processo de elaboração do documento final a ser gerado ao longo desta segunda semana de negociações.

— O assunto ganhou atenção nessa segunda (8/11), quando a ONG Global Witness publicou relatório denunciando que ao menos 503 representantes do setor de óleo e gás estão presentes na conferência, grupo maior do que qualquer delegação de países.

— O mercado de carbono também não é diretamente citado no documento, apesar de haver diretas referências a financiamento.

Contratos de R\$ 26 bi no RJ A Petrobras fechou contratos totalizando R\$ 26 bilhões com mais de 2,6 mil empresas do Rio de Janeiro em 2020. O estado recebeu, ainda, R\$ 42 milhões em projetos socioambientais da companhia, no ano passado.

— Os números foram compartilhados pelo presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, nessa segunda (8/11), no “Encontro para o Desenvolvimento Econômico Regional do Rio de Janeiro”, promovido em Itaboraí, região metropolitana do Rio. Valor

— Em setembro, a petroleira e o governo do Rio assinaram um protocolo de intenções para o desenvolvimento industrial do entorno do Polo GasLub (antigo Comperj). Conta com apoio da Prefeitura de Itaboraí e também da Federação das Indústrias do RJ (Firjan).

Os preços do petróleo subiram nessa segunda (8/11), uma vez que os sinais positivos para o crescimento econômico global apoiaram as perspectivas para a demanda de energia e os EUA disseram que estão pesando opções para lidar com os preços elevados.

— O Brent fechou a sessão em alta de 0,83%, a 83,43 dólares o barril, enquanto o WTI subiu 0,81%, a 81,93 dólares o barril. Reuters

Greve dos caminhoneiros Caminhoneiros autônomos do Porto de Santos encerraram nessa segunda (8/11) a greve iniciada há uma semana. A informação foi confirmada ao UOL pela (Santos Port Authority (SPA) e também pelo Sindicato dos Operários Portuários de Santos (Sintraport), onde foi realizada a assembleia na tarde de ontem.

— Os caminhoneiros autônomos deflagraram uma greve na segunda (1/11) para protestar contra a política de preços da Petrobras e a alta do diesel. O movimento, porém, não teve grande adesão, assim como ocorreu em outras tentativas de paralisação neste ano.

— O governo federal também conseguiu na Justiça um total de 29 liminares para impedir bloqueios de grevistas nas estradas, sob risco de multas que poderiam chegar a R\$ 1 milhão, o que acabou enfraquecendo o movimento.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 09/11/2021

PAÍSES FORMAM COALIZÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS EÓLICOS OFFSHORE

Por epbr - 9 de novembro de 2021 - Em Agendas da COP26, Eólica, Política energética, Transição energética



Foto: Global Wind Energy Council

Vinte e cinco países assinaram na COP26, em Glasgow, na Escócia, na última sexta (5), um acordo para ampliar os financiamentos para projetos de energias renováveis, como foco especial em eólica offshore.

A coalizão foi viabilizada pelo Global Wind Energy Council (GWEC), que, pela primeira vez, participa com um estande em uma conferência climática das Organizações das Nações Unidas (ONU).

A presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), Elbia Gannoum, que participa da conferência, contou que o interesse dos investidores nos projetos de eólica offshore é crescente. A constatação veio de um encontro com cerca de 50 investidores sobre o tema na semana passada. A executiva espera que o Brasil também se torne signatário da coalizão em breve.

“Já temos 15 associados na ABEEólica específicos para investimentos offshore, como a Shell, a Equinor e o Grupo Iberdrola”, contou Elbia durante a live Estratégia ESG – De olho na COP26, promovida pela agência epbr e pela Alter Conteúdo na segunda (8).

“E há 46 GW eólicos offshore em licenciamento no Ibama”, completou.

Para destravar esses empreendimentos no litoral brasileiro, os investidores esperam uma sinalização regulatória.

Em Glasgow, durante sua participação na COP26, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse que o governo pretende publicar um decreto em dezembro, mas não deu maiores detalhes. O ministro disse ainda esperar que o país contrate projetos offshore já a partir de 2022, nos leilões de energia.

Protagonismo dos setores privado e financeiro



Para Roberto Kishinami, coordenador do Instituto Clima e Sociedade (ICS), que também participou da live, a regulamentação das eólicas offshore é bem vinda, seja por decreto ou por meio de projeto de lei, como o proposto pelo senador Jean Paul Prates (PT/RN), que sugere a licitação de blocos offshore para a instalação desses projetos.

Contudo, é preciso que o Estado interfira menos e deixe os setores privado e financeiro agirem mais.

“O que temos é que procurar um sistema governamental e legislativo que não atrapalhe. Daqui para frente, o que vamos ter é cada vez mais o protagonismo do setor privado, do mundo financeiro e, no plano de Estado, de entidades subnacionais, como os fóruns de governadores. Lugares onde se pode ter o melhor do Estado combinando com a necessidade de mais energia e mais atividade econômica”, sentencia.

Kishinami aponta que o Brasil ainda continua tendo uma visão distorcida da agenda climática, apostando no fato de que a matriz elétrica do país já é uma das mais limpas do mundo.

Isso, para ele, ao invés de ser um ponto de acomodação, tem que funcionar como um estímulo ainda maior para a busca de novas soluções de mitigação dos impactos ambientais.

“O fato de o Brasil ter uma matriz elétrica limpa não nos exime de traçar estratégias para o futuro”, diz.

O especialista cita um estudo financiado pela GIZ que mostra ser possível aumentar significativamente a presença de renováveis na matriz.

“Isso tinha de ser um guia. A matriz elétrica é fundamental para eletrificar a economia. Geração de riqueza, empregos, novas atividades, futuro para as novas gerações depende uma matriz elétrica limpa, com destaque para a eólica”.

Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Sitawi, Fernando Malta ressalta que o Brasil vive um descompasso entre o que promete fazer para combater as mudanças climáticas e o que efetivamente faz para o tema.

O executivo é crítico em relação aos anúncios feitos pelo governo brasileiro durante a COP26 envolvendo o combate ao desmatamento, a redução das emissões de metano e a antecipação das metas de redução de emissões e de ampliação das renováveis na matriz elétrica.

“Estamos comemorando o fato de termos feito nada mais do que a nossa obrigação. A mudança do governo brasileiro foi ter voltado a um diálogo que já travávamos nas duas últimas décadas”, comenta.

Para ele, o ponto principal é como implementar os compromissos no país. “Um dos motores para essa alteração do governo foi a pressão da sociedade civil, que em massa tem falado sobre isso antes da COP26. A sociedade civil brasileira está falando em sintonia com a sociedade global.”

Durante a live, Malta lembrou que um quarto dos mais de R\$ 14 bilhões emitidos em títulos verdes por empresas do país são oriundos de projetos de energias renováveis, notadamente eólica e solar.

A expectativa é que a incorporação do risco climático pelo setor bancário nacional a partir de 2022, como determinado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seja mais uma virada de chave na ampliação dos investimentos nesse segmento.

“A partir de 2022 o setor bancário nacional vai ter de se adaptar e incorporar o risco climático na política de responsabilidade socioambiental dos bancos. Vai se tornar política de responsabilidade

socioambiental e climática. Já é um primeiro passo maravilhoso, e algo que faz com que o setor bancário brasileiro saia na frente de outros países”.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 09/11/2021

“A EMERGÊNCIA É FINANCEIRA”, DIZ MINISTRO JOAQUIM LEITE

“Os países ricos têm que contribuir efetivamente com recursos e os países mais poluidores também têm que aderir a todas as políticas que o Brasil já tem”

Por Juliana Ennes - 9 de novembro de 2021 - Em Agendas da COP26, Clima



Senador Rodrigo Pacheco, ministro Joaquim Leite, Robson Braga (CNI) e deputado federal Marcelo Ramos em evento organizado pelo governo na COP26

Glasgow – Principal representante do Brasil nas negociações climáticas da Conferência das Partes de Glasgow, a COP26, o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, voltou a defender que o país já é sustentável e que os países ricos precisam pagar a conta da preservação florestal.

A postura do governo Bolsonaro durante a COP26 tem sido vista como mais branda e apaziguadora — inclusive por parte do próprio Congresso Nacional; mas também internacionalmente — devido às promessas para o meio ambiente, como a redução de emissões de metano, neutralidade de carbono ou fim do desmatamento ilegal.

“Agora o momento é dos grandes países, União Europeia, países ricos, G-7, mostrarem também um movimento claro para trazer uma solução e a solução é econômica”, disse o ministro.

“A emergência é financeira. A emergência para a gente transformar uma economia global em uma economia verde na velocidade que todos desejam, inclusive o governo federal, é financeira”.

O financiamento climático é um dos principais temas em discussão na COP26. A partir do Acordo de Paris, de 2015, países ricos se comprometeram a mobilizar US\$ 100 bilhões anuais para conter as mudanças climáticas, mas a medida não saiu do papel.

Além das questões financeiras, Leite acredita que outros países precisam seguir o exemplo dado pelo Brasil.

“Os países ricos têm que contribuir efetivamente com recursos e os países mais poluidores também têm que aderir a todas as políticas que o Brasil já tem internamente e estão refletidas nos movimentos que a gente fez essa semana.”

O ministro disse que “o governo federal entende que o futuro é verde”, mas acredita que “o presente do Brasil já é verde também”, de acordo com sua primeira aparição pública na COP26, no estande montado pelo MMA em parceria com a APEX, agência de promoção de exportações.

“O que o governo federal está fazendo é trazer para a COP do Clima (sic) políticas que já acontecem no Brasil, como a redução de metano, eliminando lixões e reciclando resíduos animais. Já tem uma agricultura mais eficiente com o Programa ABC, que traz estrutura para reduzir [emissões]. O importante é que o Brasil tem políticas públicas, tem leis, tem ações do governo”, defendeu.

O Programa ABC é uma iniciativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criada em 2012, para promover a redução de emissões da produção agropecuária.

Como o país tem sido monitorado de perto nas discussões internacionais, Leite defendeu que a principal responsabilidade agora é dos países ricos, pois o Brasil já teria feito “movimentos importantes” em termos de atualização de sua NDC, e da assinatura dos tratados internacionais.



Juliana Ennes

Especial para a COP26, em Glasgow. Radicada em Nova Iorque, especializada na América Latina, ela tem focado sua cobertura nos setores de energia e meio ambiente, finanças, negócios e macroeconomia

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 09/11/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

SENADO APROVA CONVITE PARA MINISTROS E O PRESIDENTE DA PETROBRAS EXPLICAREM ALTA DOS COMBUSTÍVEIS

Audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ainda não tem data marcada

Por *Adriana Mendes*



Joaquim Silva e Luna, presidente da Petrobras
Foto: Antônio Cruz / Agência Brasil

BRASÍLIA - A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nesta terça-feira convite para que o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, expliquem a política de preço dos combustíveis da estatal. A data da audiência ainda será marcada.

O senador Otto Alencar (PSD-BA) apresentou requerimento para convocação de Bento Albuquerque e Joaquim Silva e Luna, mas após acordo o pedido foi transformado em convite. O senador justifica que houve aumento nos preços da gasolina 11 vezes, e do diesel, nove vezes. É primordial a avaliação da política de preços dos combustíveis”, afirmou o senador.

Depois alguns senadores sugeriram a inclusão de Paulo Guedes entre os convidados, o que foi acatado. Por se tratar de convite e não de convocação, não há obrigatoriedade de participar.

Na sessão, o senador Rogério Carvalho (PT-CE) criticou a política adotada pela Petrobras para os reajustes. Ele avalia que é possível encontrar um caminho “melhor para o país”.

— A Petrobras poderia vender a gasolina por um valor bem mais baixo e ainda garantir um lucro elevado para os seus acionistas — afirmou o senador petista.

Por outro lado, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) defendeu a internacionalização dos preços dos combustíveis. Para ele, há “uma grande margem de gordura” que os estados podem colaborar de forma mais pesada para reduzir os preços. O governo, segundo ele, “tem feito sua parte”.

—Todos nós estamos preocupados com os grandes impactos negativos pós-covid da inflação, do preço dos combustíveis, do preço dos alimentos — disse Flávio Bolsonaro.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/11/2021

MINISTRO VÊ 'PREOCUPAÇÃO GRANDE COM DESABASTECIMENTO' DE COMBUSTÍVEIS E DEFENDE PETROBRAS

Chefe das Minas e Energia, Bento Albuquerque também afirmou que governo avalia 'colchão tributário' e 'reserva estabilizadora'

Por Manoel Ventura



O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque Foto: Divulgação / Minas e Energia/16-06-2021

BRASÍLIA — O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, alertou nesta terça-feira para o risco de desabastecimento de combustíveis, ao defender a política de preços da Petrobras, que prevê paridade com os valores do barril de petróleo no mercado internacional e o dólar.

— Temos de ter preocupação grande com desabastecimento. Porque a importação leva no mínimo 90 dias. Temos uma parcela do mercado, cerca de 20%, que não é da Petrobras. Mudar qualquer coisa, tem que ser com critério, transparência e governança —disse o ministro, em audiência na Comissão de Infraestrutura do Senado, acrescentando:

—Todos estamos trabalhando nisso para que a gente possa dar uma resposta à sociedade, e tenho certeza que vai ocorrer.

Albuquerque falava sobre o período em que a estatal segurou o preço da gasolina, do diesel, e do gás de cozinha, o que ocorreu principalmente durante o governo Dilma Rousseff. Para o ministro, a lei não permite situações como essa.

— A política de controle de preços levou a Petrobras a pagar multas bilionárias e a ser a empresa de petróleo e gás mais endividada do mundo — disse.

Em entrevista ao GLOBO, o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, também citou recentemente a possibilidade de desabastecimento de combustíveis causado por uma eventual mudança na política de preços da estatal.

Colchão tributário

Albuquerque revelou que o governo avalia criar o que chamou de "colchão tributário" e também uma "reserva estabilizadora" para conter a volatilidade do preço dos combustíveis.

Ele também afirmou que está em avaliação reduzir impostos federais, mas ressaltando que para isso é preciso uma compensação.

— O colchão tributário é uma medida que possa permitir que, ao longo do tempo, que essas variações dos preços do petróleo e também dos combustíveis possa ser compensada de alguma forma. E uma reserva estabilizadora de preço, que seria de capital, que seria aplicada quando houvesse uma volatilidade muito grande — disse o ministro.



Albuquerque não disse qual a previsão das medidas serem anunciadas oficialmente, nem o eventual impacto das ações.

Os preços da gasolina, do diesel e do gás de botijão voltaram a subir na última semana, de acordo com o levantamento da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O litro da gasolina já é vendido por até R\$ 7,99 no país.

Litro da gasolina a quase R\$ 8

Segundo a ANP, o preço do litro médio da gasolina passou de R\$ 6,562 há duas semanas para R\$ 6,710 na última semana. É uma alta de 2,25%, sendo a quinta semana seguida de aumento nos preços. No ano, o valor da gasolina acumula avanço de 49,6%.

O ministro culpou a alta do petróleo no mercado internacional e também a disparada do dólar como justificativa para o aumento dos preços no Brasil.

— Por que houve aumento nesses valores? Principalmente pela alta do petróleo, que só em 2021, (subiu) 60%. E com tendência agora, com a chegada do inverno no Hemisfério Norte, do preço do petróleo subir um pouco mais — afirmou.

Albuquerque disse também há uma crise de oferta e demanda de petróleo no mercado internacional que explica o aumento.

— O preço do barril do petróleo em abril de 2020 chegou a 17 dólares. Aí veio o aumento da demanda e o valor subiram para 83 dólares — afirmou.

O ministro também culpou a desvalorização do real frente ao dólar:

— O nosso câmbio (dólar) saiu, em janeiro de 2020, de R\$ 4 e hoje está na ordem de R\$ 5,55. Isso tudo leva a esse aumento no preço dos combustíveis.

A política de preços da Petrobras, principal fornecedora do produto no Brasil, prevê repasses automáticos aos preços das variações do petróleo e do dólar. O ministro citou a Lei do Petróleo, a Lei das Sociedades por Ações e a Lei das Estatais para dizer que não é possível interferir na Petrobras e defender as medidas da estatal.

— Não pode haver interferência na Petrobras, não há e nunca houve — afirmou, acrescentando:

— A lei das estatais diz que as ações do órgão de controle não podem implicar interferência na gestão de empresas públicas. O estatuto da Petrobras diz que, quando orientada pela União a contribuir para o interesse público, a companhia somente assumirá obrigações ou responsabilidade que respeitem as condições de mercado e que a União compensará a companhia pela diferença entre as condições de mercado e a obrigação assumida.

O ministro citou ainda que o Brasil importa cerca de 30% do consumo de GLP (gás de cozinha), 25% do diesel e 6% a 8% da gasolina.

— Só lembrando que somos o quarto maior consumidor de combustíveis automotivos do mundo.

Medidas tributárias

O ministro de Minas e Energia também citou que existe a "questão tributária" como causa da alta dos preços, com os governos estaduais cobrando ICMS por fora do preço do litro, sistema chamado "ad valorem".

A Câmara dos Deputados aprovou em outubro um projeto que muda esse cálculo da tributação dos combustíveis para tentar baixar o preço cobrado ao consumidor final. Para ter validade, o texto ainda precisa passar pelo Senado.

Ele lembrou, também, a decisão do governo e estados de congelar por 90 dias do chamado "preço médio ponderado ao consumidor final" para aliviar os repasses das altas aos consumidores. É sobre esse preço médio que incide o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual cobrado nas vendas de combustíveis.

Sem racionamento e apagão

Durante a audiência pública no Senado, o ministro também reafirmou que não há nenhuma indicação de "qualquer problema em termos de racionamento ou apagão" neste ano. Ele avaliou que, com as medidas adotadas pelo governo, o país segue com segurança energética e fornecimento estável aos consumidores.

— E para 2022, que é a grande questão? Como eu falei, as medidas começaram a ser adotadas em outubro de 2020 e visavam não só 2021, mas os anos vindouros. Se tivermos a mesma escassez hídrica, que foi a pior em 90 anos, vamos chegar a 42,6% em maio de 2022 (nível de reservatórios), o que nos permite a governança com certa tranquilidade em relação ao ano de 2022. E se as condições forem iguais à média histórica, chegaremos em 51% em maio de 2022 — afirmou.

O ministro disse, porém, que sem medidas, o país teria enfrentado um racionamento neste ano.

— Com crise hídrica, prevíamos perda de governança, com racionamento e apagão. Mas as medidas adotadas pelo governo surtiram efeito. Agora, não há nenhuma indicação de que possamos ter algum desses problemas — concluiu.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/11/2021

LEILÃO DO 5G VAI RENDER R\$ 4,8 BILHÕES PARA O GOVERNO, CALCULA ANATEL

Licitação movimentou, no total, R\$ 47,2 bilhões. Maior parte desse valor será aplicada pelas empresas vencedoras em investimentos obrigatórios

Por Manoel Ventura



O ministro das Comunicações, Fábio Faria, na abertura do primeiro dia do leilão de 5G Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

BRASÍLIA — Realizado na semana passada, o leilão do 5G vai engordar os cofres do governo federal em R\$ 4,8 bilhões. Parte desses valores podem entrar no Tesouro Nacional ainda neste ano.

É o que apontou a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ao divulgar nesta terça-feira mais detalhes do leilão para operação da quinta geração de redes móveis de internet na semana passada.

— Ao todo, R\$ 4,8 bilhões vão para os cofres públicos. Esse valor é pago à vista? Não sabemos, porque demos sete dias para as empresas se manifestarem a respeito do pagamento. Se a gente pensar que todas vão pagar à vista, vamos emitir alguns boletos que vão dar R\$ 4,8 bilhões — disse o presidente da Comissão Especial de Licitações da Anatel, Abraão Balbino.

Responsável pelo leilão, Balbino se a decisão das empresas forem de pagar ao longo da outorga (a maioria dos contratos são de 20 anos), R\$ 240 milhões seriam pagos neste ano.



— Se todas decidirem pagar durante o tempo de outorga, que varia, teria R\$ 240 milhões a ser pago este ano. O que vai entrar é de R\$ 240 milhões até R\$ 4,8 bilhões — detalhou.

A arrecadação acabou ficando dentro do previsto pelo governo, com algo próximo a R\$ 5 bilhões. O leilão do 5G teve uma característica que o governo chama de “não arrecadatória”. Ou seja, a maior parte do valor movimentado será destinado para investimentos obrigatórios que precisarão ser feitos pelas empresas.

De acordo com a Anatel, o leilão movimentou R\$ 47,2 bilhões, entre pagamentos ao Tesouro e investimentos obrigatórios. Para alguns dos blocos ofertados, porém, teve o que é chamado de ágio, quando uma empresa aceita pagar mais que o preço mínimo. Parte desse ágio se tornou novas obrigações de investimentos.

A Anatel afirma que todas as cidades do país terão 5G até 2028 com as obrigações assumidas pelas empresas. Além disso, a agência calcula 35.784 quilômetros de rodovias federais cobertas com pelo menos o 4G, sedes municipais com infraestrutura de fibra óptica e R\$ 3,1 bilhões para conectar as escolas públicas com a internet.

A licitação foi marcada pelo domínio das três maiores empresas de telecomunicações do país (Claro, Tim e Vivo) e entrada de novas companhias para oferecer redes móveis de forma regional. Uma dessas novas empresas, a Fly Link, desistiu do lote que arrematou.

No leilão, as empresas disputaram as chamadas faixas de frequência, que são como avenidas por onde trafegam os dados da internet.

Claro, Vivo e TIM confirmaram o favoritismo que já era esperado pelos investidores e arremataram os lotes mais importantes da faixa de 3,5GHz, de atuação nacional, considerada o filé mignon da disputa. Em todo o mundo, a faixa do 3,5GHz é o coração do 5G.

Uma das novidades do leilão foi a vitória da Winity, que vai operar uma faixa de âmbito nacional, de 700 MHz (que é na prática uma sobra do leilão do 4G, de 2014). A empresa faz parte do portfólio do Pátria Investimentos, grupo com grande experiência em telecomunicações, antigo dono da Highline, que foi vendida ao fundo americano Digital Bridge, em 2019.

Nas faixas regionais, ainda de 3,5 GHz, empresas como Brisagnet, Cloud2U, e Consórcio 5G saíram vitoriosas na disputa com novas entrantes na rede móvel. Elas atuam em equipamentos ou internet com fibra óptica e agora passarão a atuar também em rede móvel. Sercomtel e Algar, que já atuam no segmento, também levaram blocos regionais.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/11/2021

CÂMARA ALTERA TEXTO DA PEC DOS PRECATÓRIOS PARA PRESERVAR REGRA DE OURO

Com isso, governo continua sem poder usar endividamento para despesas como pessoal. Parlamentares analisam destaques ao texto ainda em primeiro turno

Por Bruno Góes, Geralda Doca, Eduardo Gonçalves e Natália Portinari

BRASÍLIA — Diante de incertezas provocadas pela mudança de posição de parlamentares de PSB e PDT, a Câmara dos Deputados retomou na tarde desta terça-feira a análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios.

Na votação dos chamados destaques, ainda durante apreciação em primeiro turno, parlamentares alteraram o texto principal aprovado na semana passada.



Em momento de desatenção do governo, parlamentares suprimiram norma que enfraquecia a regra de ouro. O mecanismo, previsto na Constituição, proíbe o governo a emitir dívida para pagar despesas correntes (como salários e aposentadorias).

O destaque do Novo preserva a regra atual, que é mais dura para evitar esse endividamento. Hoje, caso haja descumprimento da regra de ouro, é preciso que o Congresso aprove por maioria absoluta uma proposta neste sentido.

O texto principal, por sua vez, permitia que o limite da Regra de Ouro pudesse ser estipulado na Lei Orçamentária Anual, em tramitação mais fácil pelos parlamentares.

Durante a votação do trecho indicado pelo Novo, base e governo só conseguiram reunir 303 votos na tentativa de evitar a supressão — eram necessários 308. O ponto era uma das principais críticas do MDB, uma das legendas contrárias à PEC.

Depois da análise dos destaques, os deputados passam a analisar a PEC em segundo turno. Só então, se houver votos suficientes, o texto poderá ir ao Senado. Na última quinta-feira, os deputados deram aval ao texto principal em primeiro turno com placar apertado: foram 312 votos favoráveis, só quatro a mais do que o necessário para que uma alteração na Constituição seja aprovada.

Apesar da reviravolta na posição de deputados de partidos de esquerda, pesa a favor do governo e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), um número maior de parlamentares com presença registrada na sessão. Há uma semana, eram 456. Já nesta terça-feira, até o momento, são 494 parlamentares aptos a votar.

Além de adiar o pagamento de precatórios, que são dívidas da União sem direito a recurso judicial, a PEC expande o teto de gastos, mecanismo que limita o crescimento das despesas à inflação. O texto abre caminho no Orçamento para o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 400, principal vitrine de Jair Bolsonaro para o ano eleitoral.

Nesta terça-feira, durante a votação dos destaques, o ministro da Cidadania, João Roma, conversava com parlamentares e tentava medir a temperatura do plenário. A interlocutores, disse que o governo estava otimista, mas reconhecia que não era um cenário fácil.

O governo tem pressa em aprovar a PEC porque pretende pagar o Auxílio Brasil turbinado, que substitui o Bolsa Família, a partir de 10 de dezembro. O prazo máximo para concluir a votação da matéria, que ainda precisa passar pelo Senado, é 20 de novembro, segundo o Ministério da Cidadania.

Após intensas discussões internas, o PDT formalizou nesta terça-feira a mudança de posição em relação ao tema. A sigla irá orientar o voto contrário à PEC no segundo turno. Com a decisão, o presidente da sigla, Carlos Lupi, declarou que pelo menos 11 dos 15 parlamentares que se manifestaram favoráveis à medida no primeiro turno irão mudar de voto.

— Não basta dizer que é da oposição, tem que parecer que é da oposição — disse Carlos Lupi em coletiva na sede do partido, em Brasília.

Segundo ele, foi preciso "seis dias" de "muitas palavras, amizade, respeito, convencimento, e unidade partidária" para levar à reversão do voto dos parlamentares. Os quatro que não irão seguir a orientação da bancada estão de saída do PDT, como o deputado Alex Santana que gosta de exibir fotos e vídeos ao lado do presidente Jair Bolsonaro.

Já o presidente do PSB, Carlos Siqueira, enviou uma carta aos deputados do partido pedindo voto contrário à proposta. Em primeiro turno 10 dos 31 parlamentares da legenda votaram com o governo. Agora, a expectativa é que pelo cinco mudem de posição.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 09/11/2021

BIDEN ANUNCIA NOVAS MEDIDAS PARA DESCONGESTIONAR PORTOS NOS EUA

Medidas para financiamento de projetos em portos serão facilitadas por projeto de lei aprovado no Congresso para apoiar espaços portuários nos EUA

O Globo



Presidente americano Joe Biden fala sobre a situação da economia do país na Casa Branca
Foto: KEVIN LAMARQUE / REUTERS

BALTIMORE — O governo de Joe Biden anunciou nesta terça uma nova série de ações imediatas e de curto prazo para aliviar as pressões nas cadeias de suprimentos com investimentos em portos, vias navegáveis e redes de frete dos Estados Unidos.

A informação, divulgada inicialmente pela CNN, mostra uma nova tentativa do governo democrata para reduzir os impactos da pandemia em diferentes redes de suprimentos, com impacto em atividades industriais e no comércio exterior.

As medidas são anunciadas no momento em que Biden dá os primeiros passos para implementar o plano de infraestrutura aprovado no Congresso.

Segundo a Casa Branca, o plano vai dar mais flexibilidade a normas federais na operação dos portos e nos investimentos para acelerar a expansão de infraestrutura no setor.

O governo pretende identificar os principais portos de entrada no país, que serão prioritários para receber US\$ 3,4 bilhões em projetos de modernização e expansão dentro de 90 dias.

Será aberta também uma concorrência para US\$ 475 milhões em projetos de infraestrutura dentro do plano aprovado pelo Congresso.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 09/11/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

MUBADALA CAPITAL CONCLUI AQUISIÇÃO DO CONTROLE DA METRÔRIO E DA METRÔBARRA

A Mubadala Capital, subsidiária de gestão de ativos do Mubadala Investment Company, fundo soberano de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, anunciou a conclusão do processo de aquisição do controle da concessionária MetrôRio e da empresa MetrôBarra, que atuam no transporte coletivo no Rio de Janeiro.

“A incorporação do MetrôRio e MetrôBarra ao portfólio se encaixa perfeitamente à nossa estratégia de transformar empresas que se encontram em um contexto complexo. Estes investimentos têm uma boa perspectiva de recuperação operacional e rentabilidade no longo prazo, mesmo diante do atual cenário econômico. Além disso, estas aquisições consolidam cada

vez mais nossa experiência com ativos dessa natureza”, afirmou Oscar Fahlgren, presidente do Mubadala Capital no Brasil, em nota distribuída à imprensa.

A concessionária MetrôRio opera as linhas 1, 2 e 4 do sistema metroviário da capital fluminense, o que inclui 58 quilômetros de extensão, 41 estações e 64 trens.

Já a empresa MetrôBarra é responsável pela aquisição e implantação de trens e sistemas da linha 4, que liga a zona sul à Barra da Tijuca, na zona oeste da cidade, inaugurada para os Jogos Olímpicos de 2016.

Ambas eram administradas pela Invepar – holding de investimentos em infraestrutura controlada pelos fundos de pensão Previ (do Banco do Brasil), Petros (da Petrobras) e Funcef (da Caixa) -, até serem negociadas com o Mubadala como parte de uma operação de reestruturação de dívidas.

Segundo o Mubadala, as negociações para a transação tiveram início em 2016. Na conclusão do acordo, parte das dívidas da Invepar administradas pelo Mubadala Capital foi trocada por ações ordinárias da Metrô Rio, pelo valor total de R\$ 1.595.863.778,22, e Metrô Barra, pelo valor total de R\$ 238.016.476,78. Com a transação, o fundo árabe e seus coinvestidores passaram a deter 51,5% de participação acionária nos ativos.

A operação de troca de controle na concessão foi autorizada e publicada no Diário Oficial fluminense em junho pelo governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL).

A Mubadala Capital entrou no ramo de concessão de transporte em 2019, quando adquiriu participação na concessionária Rota das Bandeiras, responsável por administrar 297 quilômetros do corredor rodoviário Dom Pedro I, no interior do Estado de São Paulo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/11/2021

LÍDER DO GOVERNO DIZ QUE EXPECTATIVA É APROVAR PEC DOS PRECATÓRIOS COM MAIS VOTOS QUE NO 1º TURNO

Por Lorena Rodrigues, Eduardo Gayer e Idiana Tomazelli Do Estadão Conteúdo, em Brasília



12.ago.2021 - O deputado federal Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara, em depoimento à CPI da Covid Imagem: Pedro França/Agência Senado

O líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), disse que o prognóstico da base do governo é aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios com mais votos do que no primeiro turno de votação da matéria, quando o texto foi aprovado com 312 votos, apenas quatro

votos a mais do que o mínimo necessário. Barros falou com a imprensa após se reunir com o presidente da República, Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto, a quem disse ter reportado as condições de votação da PEC

Ele ressaltou que há parlamentares ainda chegando a Brasília nesta terça-feira e que a votação deve ser iniciada "em seguida".

Pouco antes das 12 horas (horário de Brasília), o painel do plenário marcava a presença de 285 deputados federais no local.

"Temos boa perspectiva de aprovar a PEC com mais votos do que foi no primeiro turno. Nosso objetivo é concluir o quanto antes o processo de votação", disse Barros.

O líder admitiu que a mudança de lado de partidos de oposição, como o PDT, que anunciou que votará agora contra a PEC, fará diferença, mas acredita que isso será compensado pela presença de parlamentares que estavam ausentes no primeiro turno e estarão presentes nesta terça. "Temos na nossa matemática mais votos a favor neste segundo turno do que tivemos no primeiro turno", afirmou.

Barros previu uma votação longa, mas que deverá ser concluída ainda nesta terça-feira.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/11/2021

PEC DOS PRECATÓRIOS: CÂMARA CONCLUI 1º TURNO E MANTÉM MUDANÇA NO TETO; TEXTO VAI AO 2º TURNO HOJE

Até mesmo lideranças contrárias à proposta admitem que o placar é favorável ao Palácio do Planalto; maior desafio deve ser no Senado Federal, onde a PEC também precisa ser aprovada em dois turnos

Por Idiana Tomazelli e Lorenna Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O governo conseguiu manter a espinha dorsal da PEC dos precatórios, com a mudança no cálculo do teto de gastos e o adiamento de parte das dívidas judiciais que teriam de ser quitadas em 2022. A Câmara dos Deputados concluiu a votação do texto em primeiro turno e, com maior presença de parlamentares na casa, também deve aprovar em segundo turno.



Até mesmo lideranças contrárias à proposta admitem que o placar é favorável ao Palácio do Planalto. O maior desafio deve ser no Senado Federal, onde a PEC também precisa ser aprovada em dois turnos.

Plenário da Câmara; base aliada emplacou uma votação com 336 parlamentares - 28 a mais do que o mínimo necessário de 308. Foto: Dida Sampaio/Estadão - 09/11/2021

PEC dos precatórios libera R\$ 91,6 bilhões de espaço no Orçamento de 2022 e é essencial para tirar do papel o Auxílio Brasil de R\$ 400, como quer o presidente Jair Bolsonaro. Parlamentares contrários reclamam, porém, que a folga fiscal pode acabar sendo usada para turbinar emendas de relator, empregadas na distribuição de recursos a aliados do governo.

Em uma das votações mais tensas desta terça-feira, 9, o MDB defendia a retirada do dispositivo que muda a correção do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação e que foi criada durante o governo Michel Temer (MDB). Sozinha, a alteração abre um espaço de R\$ 47 bilhões para gastos no Orçamento de 2022, sendo R\$ 45 bilhões para o Poder Executivo. Para este ano, o espaço adicional seria de R\$ 15 bilhões.

O discurso do MDB era o de "preservar" o teto de gastos criado por Temer. Ao seu lado na trincheira estavam os partidos de oposição. Do lado, o governo ainda se recuperava de um "susto": minutos antes, não conseguiu colocar 308 votos suficientes para manter no texto uma mudança na regra de ouro, que simplificaria a obtenção de uma autorização para usar recursos obtidos via emissão de dívida no pagamento de despesas correntes, como salários e aposentadorias.



O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), segurou a votação para garantir que o número máximo de deputados desse o seu voto. Com um quórum maior, o governo teria mais segurança de que manteria no texto o recálculo do teto. Após a tensão, o placar de 316 a 174 permitiu ao governo respirar aliviado e projetar um placar favorável também para o segundo turno de votação.

“Estamos contando os votos, mas aprovaremos com folga maior do que no primeiro turno”, disse o líder do governo, Ricardo Barros (Progressistas-PR). Na semana passada, o governo teve apenas 312 votos, quatro a mais que o necessário para uma mudança constitucional.

Além da promessa de recursos de emendas a aliados, a base governista mobilizou um exército de prefeitos, que foram à Câmara dos Deputados e percorreram gabinetes de lideranças. O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, afirmou que negociou com Lira o apoio dos prefeitos à PEC – que inclui um parcelamento de dívidas previdenciárias das prefeituras. “Estamos focados, são quase R\$ 36 bilhões a menos (no valor da dívida) e 240 meses para pagar”, disse. /Colaborou Francisco Artur, especial para o Estadão/Broadcast

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 09/11/2021

GUEDES É INCLUÍDO EM CONVITE PARA FALAR DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS NA CAE

A pedido do líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa também chamará o ministro da Economia, Paulo Guedes, para falar sobre o preço dos combustíveis ao colegiado. Mais cedo, a CAE aprovou requerimento de convite ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, para prestarem esclarecimentos sobre o tema na comissão. A data da audiência ainda será agendada.

O requerimento foi apresentado pelo presidente da CAE, senador Otto Alencar (PSD-BA), que inicialmente queria aprová-lo em formato de convocação das autoridades – o que os obrigaria a comparecer.

A pedido do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), o requerimento foi alterado para um convite.

Ao solicitar que Guedes também seja convidado para falar à CAE sobre o tema, Braga defendeu que os senadores discutam a questão tributária que envolve o preço dos combustíveis.

“Tributação absurda que não é só dos Estados, é também da União”, disse o líder do MDB.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 09/11/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

PETROBRAS: REINJEÇÃO DE GÁS É DECISÃO TÉCNICA E ECONÔMICA, DIZ GERENTE

A injeção alternada de água e gás pode aumentar entre 25% e 30% o volume recuperável de petróleo em alguns campos do pré-sal

Por André Ramalho, Valor — Rio

O gerente-executivo de reservatórios da Petrobras, Tiago Homem, defendeu que as altas taxas de reinjeção de gás natural, nos campos do pré-sal, se justificam por decisão técnica e econômica.

Segundo ele, a injeção alternada de água e gás pode aumentar entre 25% e 30% o volume recuperável de petróleo em alguns campos do pré-sal, quando comparado ao cenário de injeção somente de água nesses reservatórios.

Homem conta que, tecnicamente, a reinjeção de gás é importante não só para maximizar a produção de petróleo, dada a alta pressão dos reservatórios do pré-sal, mas também devido à necessidade de controle de emissões de CO₂, por exemplo.

“Toda a discussão da gestão do gás passa por isso, por uma avaliação técnica e econômica sobre o melhor aproveitamento”, afirmou, durante participação na Rio Pipeline.

De acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), em setembro foram reinjetados, no Brasil, 67 milhões de metros cúbicos diários (m³/dia), volume equivalente a quase 75% de toda a demanda nacional por gás.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/11/2021

EUA REVELAM NOVOS PLANOS PARA ALIVIAR CONGESTIONAMENTOS NOS PORTOS

As medidas são uma resposta aos gargalos nas cadeias de suprimentos, que continuam aumentando

Por Dow Jones — Washington



Foto : Patrick Semansky/AP

Autoridades portuárias dos Estados Unidos serão autorizadas a redirecionar dinheiro de outros projetos existentes para ajudar a aliviar os atuais congestionamentos que estão prejudicando a economia americana, de acordo com um plano apresentado nesta terça-feira para a Casa Branca.

Os recursos já disponibilizados poderão ser usados mais rapidamente com as novas políticas, disseram autoridades do governo americano. Além disso, mais US\$ 17 bilhões estarão disponíveis para portos e hidrovias após a sanção do projeto de infraestrutura de US\$ 1 trilhão aprovado pelo Congresso na semana passada.

As medidas são uma resposta aos gargalos nas cadeias de suprimentos, que continuam aumentando. A demora em descarregar contêineres nos portos está atrasando as entregas e gerando escassez de produtos. Para a Casa Branca, trata-se de um problema logístico e político, que persiste apesar de meses de atenção ao assunto.

Segundo o novo programa, os portos poderão aplicar recursos não empenhados de projetos existentes em soluções para a crise imediata. O Porto de Savannah, na Geórgia, por exemplo, poderá realocar mais de US\$ 8 milhões para criar cinco pátios temporários para contêineres, com o objetivo de reduzir o congestionamento nas docas, disse a Casa Branca.

Esses pátios permitirão que a Autoridade Portuária da Geórgia mova milhares de contêineres para fora das docas, liberando espaço para descarregar navios. O Porto de Savannah é o quarto mais movimentado na entrada de importações nos EUA.

“Este plano fornecerá um roteiro para mais de US\$ 4 bilhões em financiamento para reparar infraestruturas desatualizadas e aprofundar os portos para navios de cargas maiores”, disse a Casa Branca em um comunicado divulgado hoje. Os US\$ 17 bilhões para projetos portuários e hidroviários representam o maior investimento em infraestrutura em mais de uma década. O dinheiro faz parte do pacote de US\$ 1 trilhão aprovado na semana passada com apoio bipartidário na Câmara dos Deputados.

O congestionamento tem sido mais severo nos portos mais movimentados do sul dos EUA. Recentemente, a Casa Branca anunciou que o porto de Los Angeles passará a operar 24 horas por dia, seguindo os passos do porto vizinho de Long Beach.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/11/2021

TAG TRABALHA PARA OFERECER CONTRATOS EXTRAORDINÁRIOS DE CURTO PRAZO PARA 2022

Diretor-presidente da companhia, Gustavo Labanca acredita que a empresa terá novos clientes em 2022

Por André Ramalho, Valor — Rio



Foto : Leo Pinheiro/Valor

A Transportadora Associada de Gás (TAG), controlada pela Engie, está trabalhando para oferecer aos clientes contratos extraordinários de acesso à malha de gasodutos do Nordeste, de curto prazo, para 2022, disse o diretor-presidente da companhia, Gustavo Labanca.

Ele acredita que, no ano que vem, a TAG terá novos clientes.

O mercado nordestino está, hoje, num processo de abertura. A Petrobras anunciou que não pretende renovar contratos com as distribuidoras locais e novos fornecedores negociam com as concessionárias contratos para suprimento. Para que essa abertura se concretize, no entanto, as empresas precisam assinar contratos de acesso à malha de gasodutos com a TAG, para a partir de 2022.

Labanca destacou que a abertura do mercado brasileiro de gás está acontecendo, mas numa “velocidade natural”.

“A expectativa que foi criada em torno da abertura foi muito otimista para o prazo necessário. Ainda temos um grande player dominante, a abertura é gradual. Tem uma transição e não vai ser feito em um ano, é no médio a longo prazos, mas tem muita coisa acontecendo”, disse o executivo, durante participação no evento Rio Pipeline.

Terminal de GNL

A empresa pretende conectar o terminal de regaseificação de Sergipe à malha nacional de gasodutos até o fim de 2023, disse Labanca.

O terminal sergipano de gás natural liquefeito (GNL) é operado pela New Fortress Energy e atende hoje à termelétrica Porto de Sergipe I (1.551 megawatts), projeto da Celse (sociedade entre a New Fortress Energy e a EBrasil).

Segundo Labanca, a conexão do terminal à malha de gasodutos operada pela TAG é de cerca de 25 quilômetros de extensão.

“Estamos conversando bastante com a New Fortress Energy para fazer essa integração. O cronograma é apertado, estamos tentando fazer isso até o final de 2023. O trecho é pequeno, mas temos que ver a melhor rota, estudos ambientais... Investimentos em infraestrutura levam tempo”, disse Labanca.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/11/2021

USINAS JÁ FIXARAM O PREÇO DE 11 MILHÕES DE TONELADAS DE AÇÚCAR DA SAFRA 2022/23

É o que aponta levantamento da Archer Consulting; volume será embarcado a partir de abril
Por Camila Souza Ramos, Valor — São Paulo

As usinas brasileiras fixaram o preço de 1,2 milhão de toneladas de açúcar em outubro para entrega na próxima safra (2022/23), segundo levantamento da consultoria Archer Consulting. O valor médio das fixações feitas no mês foi de R\$ 2.488 a tonelada.

O modelo da consultoria indica que já foram hedgeadas as exportações de 11 milhões de toneladas de açúcar para a próxima safra, ou 43,25% do total estimado. Em outubro do ano passado, o percentual de fixação para a safra 2021/22 era um pouco maior, de 45%.

O preço médio de fixação de todo o açúcar hedgeado até agora está em 16,21 centavos de dólar por libra-peso (sem prêmio de polarização, que indica a qualidade do produto), ou R\$ 2.077 a tonelada (posto no porto de Santos). O valor em reais por libra-peso (90,42) já sobe há cinco safras.

Para que o etanol hidratado ofereça a mesma remuneração para a usina, o litro do biocombustível teria que valer R\$ 3,6391 (sem impostos), mas atualmente o preço recebido já está acima desse patamar. Na última semana, o indicador Cepea/Esalq para o etanol hidratado vendido pelas usinas paulistas ficou em R\$ 3,8918 o litro.

“Continuamos a sugerir que as usinas fixem preços em reais por tonelada ao longo da safra vinculando o volume fixado a uma compra de call (opção de compra) out-of-the-money (opções fora-do-dinheiro) para aproveitar uma eventual alta dos preços em centavos de dólar por librapeso”, escreveu Arnaldo Correa, diretor da Archer Consulting, em nota.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/11/2021



AGÊNCIA BRASIL - DF

MINISTRO DIZ QUE PREÇO DO PETRÓLEO AINDA VAI SUBIR MAIS

Bento Albuquerque aponta desvalorização do real como uma das causas

Por Karine Melo - Repórter da Agência Brasil – Brasília



O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse nesta terça-feira (9) que o preço do petróleo deve subir mais com a chegada do inverno no Hemisfério Norte e o conseqüente aumento do consumo. Em audiência pública das comissões de Infraestrutura e temporária para discutir as causas da crise energética do Senado, ele justificou a alta de preços dos combustíveis em 2021. "Por que houve aumento? Principalmente pela alta do petróleo, 60% só em 2021, e com

tendência, com a chegada do inverno no Hemisfério Norte, de subir um pouco mais", declarou Albuquerque.

Aos senadores, Albuquerque destacou que, embora a produção de petróleo no Brasil tenha aumentado em 2021, no restante do mundo, ela diminuiu, o que teria gerado uma crise de oferta e demanda. Ao citar o preço do barril de petróleo, outro fator destacado pelo ministro para a alta da gasolina e do diesel foi a desvalorização do real em comparação ao dólar. "O preço saiu de US\$ 66, em janeiro de 2020, e o valor subiu, hoje está em US\$ 84. E se formos ver a desvalorização cambial, o dólar saiu de R\$ 4 em janeiro de 2020 e hoje está em R\$ 5,55. Isso tudo leva a aumento nos preços dos combustíveis".

Alternativa

Albuquerque defendeu a atual política de preços e negou interferência do governo federal neste setor da Petrobras. Ele lembrou que, sendo uma empresa pública de economia mista, a estatal não pode sofrer interferência do governo na fixação dos preços dos combustíveis.

Sem dar detalhes da proposta nem de quando será oficialmente apresentada, Bento Albuquerque, adiantou aos senadores que o governo estuda criar um "colchão tributário" e uma reserva estabilizadora de preços para conter a alta nos preços. Uma proposta nos mesmos moldes já havia sido sugerida pelo Fórum de Governadores ao ministro da Economia, Paulo Guedes.

Ainda segundo Bento Albuquerque, a redução de tributos para resolver o problema dependerá de compensações. "Alguns tributos já foram reduzidos, outros estão em análise, tem que haver compensação. O colchão tributário, que é uma medida que pode permitir, ao longo do tempo, que essas variações dos preços do petróleo e também dos combustíveis sejam compensadas de alguma forma. E uma reserva estabilizadora de preço, que seria uma reserva de capital que pudesse ser aplicada quando houvesse uma volatilidade muito grande", resumiu o ministro.

ANP

Segundo pesquisa da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), na média nacional, a gasolina foi vendida a R\$ 6,71 por litro, alta de 2,2%, ainda com repasses do último reajuste promovido pela Petrobras, de 7%, no fim de outubro. Em Bagé, no Rio Grande do Sul, o litro do combustível é o mais caro do país, cerca de R\$ 7,999. O valor é recorde desde que a agência começou a compilar os preços dos combustíveis em 2002. O diesel também teve alta e custa, em média, R\$ 5,339 por litro. O valor é 2,4% superior ao praticado na semana anterior.

ICMS

Em outubro, a Câmara aprovou um projeto que muda a regra sobre o ICMS (imposto estadual) de combustíveis. Pelo texto, para baratear o preço da gasolina, o tributo deve ser aplicado sobre o valor médio dos últimos dois anos. A proposta, alvo de críticas de governadores, está parada no Senado.

Energia

O ministro também foi cobrado a falar sobre o alto custo da energia elétrica no país. As tarifas, ressaltaram os senadores, pressionam a inflação e prejudicam principalmente as famílias de baixa renda, além de atrapalharem a retomada econômica do Brasil no pós-pandemia.

O relator da comissão temporária, senador José Aníbal (PSDB-SP), destacou que há um sentimento comum de que houve falhas do governo no planejamento do setor, resultando numa situação de emergência, com forte impacto na vida das pessoas. “No orçamento doméstico, a conta de luz pesa muito e a inadimplência é grande. Quando as distribuidoras cortam a energia, não o fazem com satisfação. Fazem porque é preciso fazer. Há uma coisa pujante em certas áreas: o brasileiro não ter energia em casa. O custo é elevado, apesar de contarmos com uma matriz limpa”, observou.

Em resposta, Bento Albuquerque disse que o preço da energia aumentou no mundo todo e, nos últimos meses, o país tem enfrentado a pior estiagem dos últimos 91 anos, principalmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Apesar do quadro adverso, o ministro disse que as medidas tomadas pelo governo desde outubro do ano passado permitem garantir que não haverá racionamento nem apagões em 2022.

CAE

Hoje, outra comissão do Senado, a de Assuntos Econômicos, aprovou o convite para que Bento Albuquerque fale sobre a atual política de preço dos combustíveis no colegiado. O ministro Paulo Guedes e o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, também serão convidados. A audiência pública ainda não tem data marcada.

Edição: Aline Leal
Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 09/11/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ITAJAÍ ENTREGA PEDIDO DE MANUTENÇÃO DA AUTORIDADE PORTUÁRIA AO GOVERNO FEDERAL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 09 Novembro 2021



O município de Itajaí protocolou junto ao governo federal pedidos de prorrogação do convênio de delegação e plano de revisões para a manutenção da autoridade portuária pública municipal nesta terça-feira (9), em Florianópolis.

Na lista de documentos enviados está o termo aditivo da prorrogação em 25 anos do convênio entre a União e o município de Itajaí, responsável por municipalizar a autoridade portuária e a revisão da poligonal do Porto Organizado de Itajaí. Também foram entregues o Plano de Demissão Voluntária e o

plano da nova Estrutura Organizacional da Superintendência do Porto de Itajaí.

A autarquia municipal chegou a superar a marca de 400 servidores e hoje conta com pouco mais de 100, devido aos planos de demissões anteriores. O plano atual reduzirá estrutura mínima de 34 cargos, sendo 26 efetivos e oito comissionados.

O ofício e seus anexos foram entregues pelo prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni, e pelo superintendente do Porto de Itajaí, Fábio da Veiga, nas mãos do secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni e Silva. O encontro aconteceu antes da audiência pública sobre a desestatização dos Portos de Santa Catarina, na capital catarinense.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/11/2021

SVITZER E ROBERT ALLAN DESENVOLVEM PRIMEIRO REBOCADOR A METANOL VERDE

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 09 Novembro 2021



Ingrid Uppelschoten Snelderwaard, COO global da Svitzer, e Mike Fitzpatrick, presidente da Robert Allan

A Svitzer — operadora líder mundial de rebocadores da Maersk — assinou um acordo com a Robert Allan para projetar o primeiro rebocador do mundo para operações portuárias movido a metanol verde. O projeto baseia-se na cooperação estreita entre a Svitzer e a Maersk com o objetivo de explorar conjuntamente a combinação de metanol, baterias, sistemas de armazenamento/manuseio, acionamentos elétricos e unidades de propulsão como uma alternativa neutra em carbono ao trem de propulsão convencional movido a combustível fóssil.

Comentando o acordo, a COO global da Svitzer, Ingrid Uppelschoten Snelderwaard, disse: “As células de combustível serão aplicáveis como força de propulsão principal para rebocadores mais cedo do que para navios maiores e, além disso, o tempo para construir um rebocador é significativamente menor do que para um navio de contêiner. A Svitzer obterá conhecimento valioso e experiência operacional no manuseio de células de combustível como uma alternativa ao diesel ou à energia elétrica pura. Consideramos este projeto um passo significativo na ambição da Svitzer de liderar a descarbonização de rebocadores e uma contribuição importante para os esforços conjuntos para desenvolver soluções com um impacto positivo no meio ambiente”.

O rebocador de 80 toneladas de tração terá sistema de propulsão elétrica híbrida, onde as células de combustível podem ser dimensionadas para fornecer uma quantidade específica de tração, usando apenas células de combustível. Energia adicional das baterias pode ser utilizada durante uma operação.

As células de combustível podem ser usadas para carregar as baterias quando o rebocador está atracado, minimizando a necessidade de instalações de carregamento em terra. A combinação de células de combustível e baterias fornecerá um rebocador autossustentável com maior durabilidade e menos restrições operacionais do que um navio movido a bateria pura.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/11/2021

MOL, MOL DRYBULK E J-ENG ASSINAM CONTRATO PARA TESTE DE MOTOR ALIMENTADO A HIDROGÊNIO

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 09 Novembro 2021

A Mitsui OSK Lines, Ltd., a MOL Drybulk e a Japan Engine Corporation (J-ENG) anunciaram nesta terça-feira (9) a assinatura de um acordo de cooperação em um teste de motor movido a hidrogênio em um navio de serviço. O navio será operado pela MOL e MOL Drybulk e o motor — o primeiro marítimo movido a hidrogênio de dois tempos e baixa velocidade do mundo — será desenvolvido pela J-ENG.

Ao mesmo tempo em que acelera os esforços para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) como medidas para enfrentar as mudanças climáticas, a indústria de transporte marítimo também persegue uma mudança para combustíveis de próxima geração que não agridem o meio ambiente.

No futuro, espera-se que as cadeias de suprimento de hidrogênio se expandam globalmente em resposta ao progresso no uso e adoção de hidrogênio em vários campos, como geração de energia e mobilidade. Mesmo na indústria de transporte marítimo, o hidrogênio combustível está chamando atenção considerável como um combustível promissor de próxima geração.

Em cooperação com a Kawasaki Heavy Industries e a Yanmar Power Technology, a J-ENG desenvolverá o motor movido a hidrogênio, que será o primeiro motor principal do mundo para grandes navios oceânicos ou costeiros. O desenvolvimento do motor foi selecionado para um projeto subsidiado pelo governo pela Organização para o Desenvolvimento de Nova Energia e Tecnologia Industrial (NEDO), parte do Programa de Financiamento para Inovação Verde.

O MOL Group tem como objetivo implantar embarcações oceânicas com emissões zero líquidas na década de 2020 e atingir emissões líquidas zero de GEE até 2050, conforme estabelecido no "MOL Group Environmental Vision 2.1".

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 09/11/2021

PORTO DE SUAPE LANÇA POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 09 Novembro 2021



Evento foi realizado de maneira remota e contou com a participação de cerca de 80 colaboradores e convidados

A Semana Compliance Suape, que marca os 43 anos de fundação do complexo industrial portuário, teve início nesta terça-feira (9), na plataforma digital, e contou com a participação de cerca de 80 colaboradores e convidados. O evento, realizado anualmente, visa multiplicar as políticas adotadas pela empresa, com foco na ética, transparência, responsabilidade socioambiental e boas práticas de governança e liderança, com a realização de

palestras e treinamentos. Este ano, o encontro foi marcado pelo lançamento da Política de Diversidade e Inclusão da estatal portuária, documento produzido por iniciativa de um grupo de colaboradores.

O diretor-presidente de Suape, Roberto Gusmão, ressaltou a importância das boas práticas governamentais, reforçando o compromisso do porto com a plataforma ESG (sigla em inglês para Governança Ambiental, Social e Corporativa). "O lançamento deste documento traz para Suape um marco histórico como uma das poucas empresas públicas a adotarem práticas inovadoras de mercado, visando um ambiente mais motivador e competitivo. A nova política está alinhada à estratégia da empresa e em consonância com as boas práticas ESG já desenvolvidas", afirmou Gusmão.

O evento contou, ainda, com a participação da Head ESG Gabriela Ferolla, do Grupo Houer, que apresentou a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) até 2030. "Organizações que conseguem trabalhar visão de diversidade têm nível de competitividade e inovação bem superiores, pois é através da criatividade e das diversas

visões de um processo que são gerados resultados mais relevantes e soluções inovadoras”, explicou.

Para a coordenadora do Compliance de Suape, Fabiana Maranhão, a realização do encontro é importante para inserir os colaboradores nos conteúdos sobre governança e liderança corporativa na empresa, aliados aos objetivos atuais. “A ideia é que cada um conheça as metodologias e conceitos para que possam aplicá-los no dia a dia do trabalho. É sobre ampliar os conhecimentos nesses temas tão importantes e atuais”, ressaltou Fabiana.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/11/2021

DOCAS DO RIO SOBE 48% NO ÍNDICE DE GOVERNANÇA DO TCU

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 09 Novembro 2021



A Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), que administra os Portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, atingiu uma nota global de 54,9 no Índice Integrado de Governança e Gestão Pública do Tribunal de Contas da União (IGG/TCU) em 2021. O resultado corresponde a um crescimento de 48% na comparação com a avaliação anterior, realizada em 2018, e indica que a atual gestão da autoridade portuária vem aprimorando as boas práticas de governança.

Segundo o diretor-presidente da Docas do Rio, Francisco Antonio de Magalhães Laranjeira, o desempenho alcançado nesse intervalo entre as avaliações de 2018 e 2021 materializa o esforço da atual gestão, iniciada a partir de fevereiro de 2019: “Temos buscado, incessantemente, a melhoria da eficiência, o aperfeiçoamento dos processos e a solidez do sistema de governança corporativo adotado”.

Nas avaliações temáticas, também comparando as notas obtidas em 2021 com as de 2018, destaca-se o aumento de 111% no resultado do IGG/Pessoas, 83% no resultado do IGG/Governança, 51% no resultado do IGG/Tecnologia da Informação e 38% no resultado do IGG/Gestão de Contratações, esse último atingindo a maior nota individual com 73,4 pontos.

Para o presidente Laranjeira, ao utilizar os resultados do IGG/TCU como norteador de ações de melhoria contínua, a Docas do Rio será cada vez mais rentável, eficiente, dinâmica e transparente: “A companhia vem se reposicionando como protagonista nas ações de provisão de infraestrutura e na viabilização das operações portuárias com segurança e eficiência, assumindo sua principal missão na qualidade de autoridade portuária e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional ao tornar os portos sob sua gestão mais competitivos e atraentes para a viabilização de novos empreendimentos”.

O TCU realiza, sistematicamente, levantamentos para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular a adoção de boas práticas. Desde 2017, o órgão unificou quatro levantamentos de governança (pessoas, TI, contratações e governança pública). Este ano, incluiu também a governança orçamentária. Participam desse levantamento 378 organizações públicas, tendo seus resultados agrupados pelos setores e respectivas personalidades jurídicas – ministérios, autarquias, estatais, bancos, conselhos profissionais, entre outros.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/11/2021

FREITAS LEVA OS PROJETOS DE PRIVATIZAÇÃO DO MINFRA A INVESTIDORES NO EXTERIOR

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA 08 Novembro 2021*



O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, segue o périplo por Paris, Milão, Madri, Abu Dhabi e Dubai para apresentar a carteira de projetos do Governo Federal a operadores mundiais e fundos soberanos de investimentos.

A primeira parada do novo roadshow, iniciado neste domingo (7) acontece em Paris (FRA), com duração de dois dias, seguida de uma passagem para encontros em Milão (ITA), e outros dois dias de reuniões em Madri (ESP). Na sequência, o ministro Tarcísio Freitas viajará aos Emirados Árabes, onde terá reuniões em Abu

Dhabi e Dubai. Nesta última parada, está programada a participação no painel “Oportunidades em Infraestrutura no Brasil” do Fórum Invest In Brazil, além de uma visita ao pavilhão do Brasil na Expo Dubai 2020.

No início de outubro, Tarcísio Freitas esteve durante cinco dias em Nova Iorque, reunido com investidores, executivos de instituições e fundos financeiros para fazer um balanço do programa de concessões do MInfra. Na Europa, o objetivo é conversar com os principais operadores de infra do mundo, entre empresas que já atuam no Brasil e empresas que estão interessadas em conhecer o portfólio de concessões do governo federal. O período coincide com o intervalo de leilões programados na Super Infra, temporada de grandes concessões promovida pelo MInfra.

“É sempre importante conhecer, apresentar e ouvir as demandas do mercado. Em cinco dias nos Estados Unidos, foi possível nos reunirmos com mais de 40 grupos de investidores diferentes, e não será diferente nessa passagem pela Europa e pelo Oriente Médio. A gente percebe o grande interesse pelo pacote de infraestrutura brasileiro, que já é uma grande realidade e vai transformar o futuro do Brasil”, avalia o ministro.

De outubro a dezembro, o Governo Federal, através do MInfra, realiza a Super Infra, uma temporada de leilões que pretende atrair cerca de R\$ 23,5 bilhões em investimentos privados ao setor de transportes. Vencido pelo grupo CCR, o primeiro certame garantiu quase R\$ 15 bilhões em investimentos na rodovia Dutra/Rio-Santos, em 29 de outubro.

Restam ainda o maior leilão de arrendamento portuário, com duas áreas destinadas a combustíveis no porto de Santos, que receberão cerca de R\$ 1 bilhão em melhorias por parte do setor privado, em 19 de novembro, e a concessão das rodovias BRs 381 e 262, em Minas Gerais e Espírito Santo, marcada para 20 de dezembro com mais R\$ 7 bilhões a serem aportados ao longo do contrato.

Ao mesmo tempo, outros projetos avançam com a possibilidade de publicação de edital ainda este ano – com leilões ocorrendo em 2022. São eles: a relicitação do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte (R\$ 308 milhões); concessão rodoviária das BRs 116, 493 e 465, entre Rio de Janeiro e Governador Valadares (R\$ 7 bilhões); e a primeira desestatização portuária, da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), com investimentos de pelo menos R\$ 780 milhões. O MInfra também trabalha para a renovação antecipada de contrato da malha ferroviária da MRS no sudeste do país, com mais R\$ 16,7 bilhões a serem investidos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 09/11/2021

ARTIGO - NOVAS FERROVIAS E AMPLIAÇÃO DO ARCO NORTE SÃO ESSENCIAIS PARA O ESCOAMENTO DE GRÃOS NOS PRÓXIMOS 10 ANOS

Por Camila Affonso OPINIÃO 08 Novembro 2021



O debate sobre a expansão da infraestrutura no Brasil segue aquecido, principalmente no que tange a alternativas ferroviárias e o Arco Norte, que abrange diversos portos fluviais e marítimos das regiões Norte e Nordeste. O tema vem sendo acompanhado até mesmo fora do país, já que esta infraestrutura é vital para o escoamento da produção brasileira de grãos, cuja exportação é significativa para diversas regiões do mundo.

De acordo com as nossas projeções, que estão em linha com projeções oficiais do Brasil (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA) e dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture – USDA), as produções de soja, milho e farelo de soja devem subir, respectivamente, 27%, 15% e 19% em 2030 em comparação a 2020. Sem ampliação da malha ferroviária e da capacidade portuária, no entanto, os gargalos no escoamento serão intensificados, o que encarecerá o transporte e, conseqüentemente, o preço final dos produtos.



fig1

Para projetar este cenário futuro com precisão, utilizamos um modelo matemático próprio, que abrange mais de 10 mil variáveis – dentre elas, os diversos tipos de produtos do agronegócio, pontos de origem do excedente para exportação / necessidade de insumos, capacidade de armazenagem e de transporte em diferentes modais, pontos de transbordo, quantidade e tipos de berços de atracação, etc. Nosso estudo projeta, ainda, o excedente de exportação das principais commodities agrícolas (soja, milho, farelo, açúcar) e a necessidade de importação de fertilizantes, através de uma metodologia própria detalhada no nível municipal. As projeções de produção consideram novas áreas adequadas ao plantio, excetuando biomas de preservação ambiental, e outros fatores que impactam a produção e o consumo das commodities.

O aumento do volume virá acompanhado de uma redistribuição da produção entre as diferentes regiões do Brasil. Sul e Sudeste devem perder participação, dos atuais 24,6% e 12,2% para 22,4% e 10,7% em 2031, respectivamente. Já Centro-Oeste, Nordeste e Norte ganham mais peso, passando dos atuais 50,7%, 8,3% e 4,3% para 51,3%, 9,4% e 6,3% em 2031, respectivamente. É justamente nas regiões com maior potencial de crescimento que falta infraestrutura.

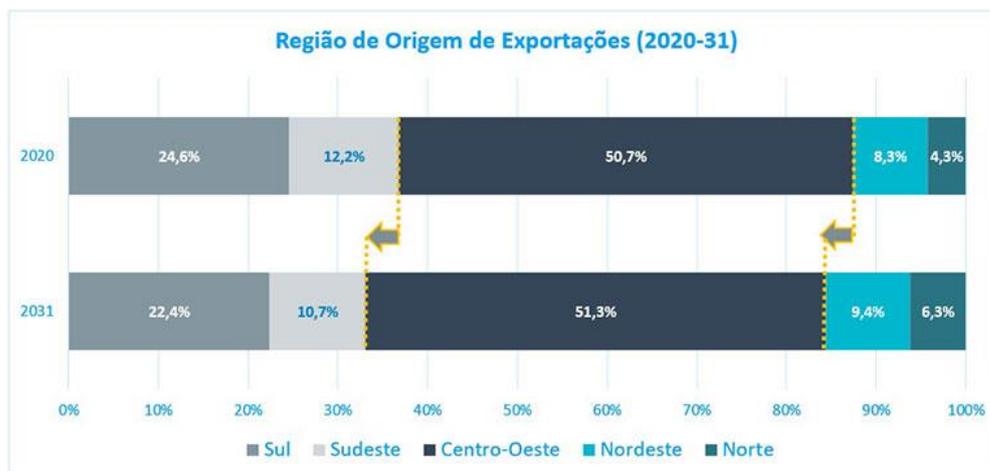


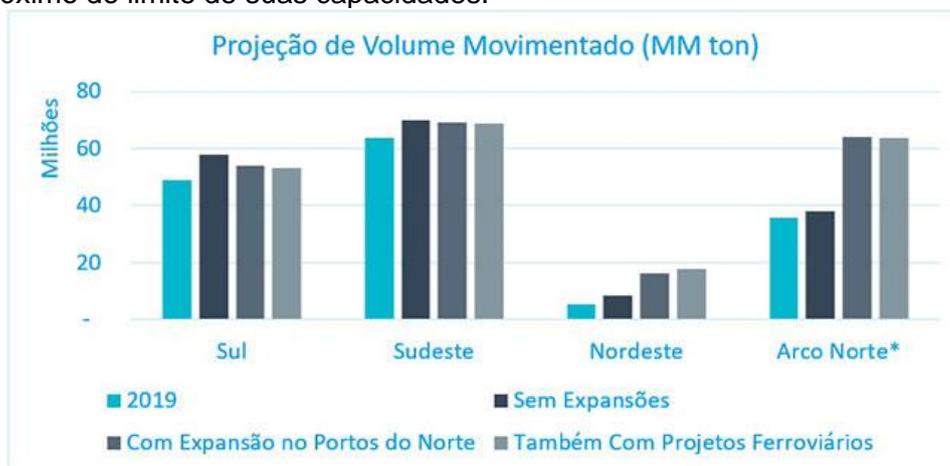
Fig 2

Atualmente, o escoamento é feito principalmente por caminhões, mas o modal rodoviário tem menor capacidade unitária, maior custo, é mais poluente e oferece menos segurança, com mais acidentes, furtos e roubos – em algumas regiões do país, estradas fundamentais ao escoamento não são sequer asfaltadas.

Daí a importância do atual debate em torno dos novos projetos ferroviários, como a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), a Ferrovia de Integração do Oeste-Leste (FIOL), a Ferrogrão e as concessões ferroviárias estaduais, como a anunciada recentemente pelo Mato Grosso. Estes projetos vão mudar a dinâmica do escoamento de grãos, o que deve reduzir o custo do frete de chegada aos portos.

Segundo os cálculos que realizamos internamente, o impacto destas novas infraestruturas no custo varia conforme a origem das cargas, mas deve permitir uma redução de 12% em média, considerando o transporte realizado até os portos do Arco Norte. No Porto de Barcarena, no Pará, a produção deve chegar até 21% mais barata devido à diminuição no custo do frete.

Uma malha ferroviária maior, no entanto, não é suficiente para solucionar os gargalos de infraestrutura gerados pelo aumento na produção de grãos nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Nosso estudo aponta que a ampliação da capacidade dos portos fluviais e marítimos que compõem o Arco Norte é vital para o escoamento das safras, porque estes terminais já estão operando próximo do limite de suas capacidades.



* Arco Norte = Barcarena-PA + Santarém-PA + Itacoatiara-AM + São Luís-MA
 ** Exceto MA

Fig 3

Se nada mudar, as estimativas indicam que o volume movimentado nos portos do Arco Norte vai crescer apenas 1,5% em 2031 em relação a 2020, atingindo quase 38 milhões de toneladas de

grãos. Se forem realizadas expansões na capacidade portuária, este aumento será de 71,6% em 2031 em relação a 2020, o que representa um volume de 64 milhões de toneladas de grãos.



As projeções mostram que haverá crescimento na exportação de grãos com um deslocamento de parte dessa produção para o Norte. Diante disso, é fundamental que os projetos ferroviários em discussão hoje saiam do papel para permitir a redução de custo de escoamento e que sejam realizadas expansões na capacidade dedicada a grãos nos portos do Arco Norte, para capturar este aumento na exportação.

Camila Affonso *Camila Affonso é sócia da Leggio Consultoria*

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 09/11/2021

OPERAÇÕES DTA DA BRADO OTIMIZAM IMPORTAÇÃO DE CARGAS POR FERROVIA EM MATO GROSSO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 08 Novembro 2021



Empresa viabilizou importação com Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA) em 2021 e passou a nacionalizar a carga no Porto Seco de Cuiabá

A Brado, em parceria com o Porto Seco de Cuiabá, desenvolveu uma nova solução para o transporte de cargas focada nos clientes do agronegócio e da indústria mato-grossense. A empresa viabilizou a permissão junto à Receita Federal para operar as mercadorias no regime de Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA) multimodal. É a primeira iniciativa no país utilizando a multimodalidade com a ferrovia neste regime. A empresa passou a nacionalizar as cargas na capital mato-grossense, gerando ganho de produtividade no processo de desembarço das mercadorias.

As cargas importadas por contêineres que chegam por navio até a Baixada Santista percorrem mais de 1.600 quilômetros por ferrovia até Rondonópolis (MT) e de lá são levadas por caminhões até Cuiabá.

Um dos principais produtos que estão sendo importados por meio da solução DTA são pneus de carros de passeio, caminhões e máquinas agrícolas com origem na China, Vietnã e Tailândia. Cada contêiner de 40 pés tem capacidade para transportar 1.700 pneus de carros de passeio, volume suficiente para equipar 425 automóveis. Já para pneus de grande dimensão como os utilizados em caminhões e máquinas agrícolas, o volume corresponde a uma média de 270 pneus, proporcional a 45 caminhões e 130 pneus equivalente a 30 tratores.

Além do transporte de pneus, empresas que trabalham com importação de peças de tratores, placas solares, maquinários agrícolas, defensivos agrícolas e fertilizantes iniciaram os primeiros testes utilizando a solução DTA.

Maior terminal de contêineres de Mato Grosso, o Porto Seco de Cuiabá conta com uma área de 39 mil m², sendo 11 mil m² de área coberta destinada à armazenagem e inspeção. O local conta com balanças de alta precisão para produtos de maior valor agregado, balança eletrônica para caminhões, empilhadeiras modernas para movimentação e armazenagem, além do escritório da Receita Federal integrado as instalações.

Conforme o diretor do Porto Seco de Cuiabá, Francisco Almeida, o multimodal aduaneiro com a participação das ferrovias é uma solução que contribui diretamente para potencializar ainda mais as operações de importação e exportação. "Toda iniciativa que contribua para otimizar a logística

dos importadores e exportadores do Mato Grosso é bem-vinda", afirma. "A ferrovia é um modal moderno, eficiente e que quando colocamos na ponta do lápis contribui de forma significativa para a redução no custo de transporte da carga".

Segundo o presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt), Gustavo de Oliveira, o regime DTA e a logística multimodal, com trens percorrendo a maior parte do trajeto, poderá trazer ganhos de competitividade, segurança da carga e previsibilidade para a indústria. "É uma opção a mais tanto para quem receba insumos e matéria-prima de fora quanto no momento de enviar a produção industrial para outros mercados. Além da segurança, o regime trará mais agilidade ao processo, o que melhora a produtividade e reduz custos", afirma.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/11/2021

TERMINAL RODOFERROVIÁRIO INTEGRARÁ TRIÂNGULO MINEIRO AO PORTO DE SANTOS

Da Redação NOTÍCIAS 08 Novembro 2021



Um novo empreendimento integrará o distrito Industrial da cidade de Uberaba (MG) com o Porto de Santos. O Terminal Rodoferroviário de Fertilizantes de Uberaba (TFER), no Triângulo Mineiro, teve sua pedra fundamental inaugurada em 9 de novembro e quando estiver em operação terá capacidade de movimentar um milhão de toneladas.

A solução logística trará economia aos produtores de fertilizantes locais, que poderão ampliar a participação no mercado brasileiro do agronegócio. Uberaba é o

segundo maior distrito produtor de fertilizantes do país.

Todos os anos, saem da região de Uberaba cerca de sete milhões de toneladas de açúcar, milho, soja e farelo para o Porto de Santos. "Com essa nova operação, eles descerão carregados com grãos e retornarão com fertilizante, gerando economia na logística e aumentando a competitividade do setor produtivo para o agronegócio", afirma Juliano Silva, diretor de logística da Link, uma das integrantes do projeto.

Além de melhorar a logística, a iniciativa traz mais segurança ao transporte das cargas e menor emissão de CO². O projeto multimodal integrado consumirá cerca de R\$ 130 milhões em investimentos por meio de uma parceria entre a VLI, a Construtora Terraço e a Link Logistic Group, empresas que administrarão o terminal.

Ao integrar porto, ferrovia, rodovia e indústria, o TFER permitirá substituir o modal rodoviário no fluxo de transporte de fertilizantes entre São Paulo e Minas, oferecendo uma opção de transporte mais barata, sustentável e eficiente.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/11/2021

ÁREAS PARA GRANÉIS LÍQUIDOS EM SANTOS GARANTEM POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO, AVALIA MINFRA

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 08 Novembro 2021

Governo espera bastante competição por áreas STS-08 e STS-08A, na Alamoia, no leilão do próximo dia 19 de novembro. Secretário de portos diz que arrendamentos estão em região de influência de cinco refinarias e aumentarão capacidade de tancagem em 50%.

O governo e empresários do setor veem com grandes expectativas o leilão de portos previsto para o próximo dia 19 de novembro. O destaque do certame são as áreas STS-08 e STS-08A, destinadas à movimentação de grãos líquidos no Porto de Santos. O secretário nacional de portos e transportes aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni, acredita que deverá haver bastante competição e interesse privado por essas áreas, que estão numa região de influência de cinco refinarias, que fazem o escoamento de cargas no terminal hoje operado pela Transpetro.



Arquivo/Divulgação

O secretário acrescentou que o edital abre espaço para novas infraestruturas de tancagem que serão construídas e que podem potencializar a importação de produtos. “Grandes players do Brasil e do mundo estão olhando para essa grande infraestrutura. Se posicionar no Porto de Santos é muito estratégico”, disse Piloni, durante coletiva de imprensa sobre os resultados do leilão realizado na última sexta-feira (5).

Os terminais de grãos líquidos da região da Alamoia (STS-08 e STS-08A) preveem R\$ 1 bilhão em investimentos, permitindo a ampliação da capacidade de tancagem em 50%. Piloni lembrou que a disponibilidade de berços para grãos líquidos é um gargalo em Santos, que hoje é compartilhado com outros produtos. “Temos oportunidade com o STS-08 e o STS-08A de prover melhor infraestrutura para esse segmento e, com isso, reduzir demurrage e filas de embarcações”, garantiu.

Além das áreas destinadas a grãos líquidos em Santos, o leilão do dia 19 terá outras quatro áreas que serão licitadas no modelo simplificado: AE-14, em Cabedelo (PB) para carga geral; ITG-03, em Itaguaí (RJ) para grãos minerais; POA-01, para grãos sólidos vegetais, em Porto Alegre; IMB-05, em Imbituba (SC) para grãos líquidos. Segundo o secretário, o pacote prevê investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão para os lotes desse certame.

Piloni salientou que existem terminais menos relevantes, do ponto de vista nacional, mas que são importantes para determinadas cadeias regionais. “Estamos lançando mão de um modelo que gera incentivo grande para que autoridades portuárias busquem cargas novas por meio de arrendamentos simplificados. Teremos uma série de terminais licitados já na rodada de fevereiro ou março, que se seguirá ao longo de 2022, ampliando a geração de receitas”, projetou.

A Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) avalia que o próximo leilão terá uma concorrência boa para ser assistida, em especial para as áreas na Alamoia. “Vemos as exportações crescendo no Arco Norte, sem diminuir nos portos do Sul e do Sudeste. O Brasil cada vez mais aumenta suas áreas produtivas, não só de grãos. O país tem potencial de crescimento grande e, durante pandemia, exportou bastante em quantidade e o faturamento melhorou com a valorização do dólar”, comentou o diretor-presidente da ABTP, Jesualdo Silva, em entrevista à Portos e Navios.

Ele acrescentou que houve crescimento da movimentação portuária nos oito primeiros meses de 2021, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o que também abre espaço para movimentação de combustíveis. Silva disse que o próprio aumento das exportações agrícolas do Brasil potencializa o interesse do setor privado por terminais de grãos líquidos. “Precisamos importar fertilizantes e com mais máquinas trabalhando precisamos da distribuição de combustível para esses equipamentos. Isso tem trazido atratividade [para os leilões]”, comentou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/11/2021

ABTP E B3 FIRMAM PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE TRANSPORTES

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA 08 Novembro 2021*



A Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) e a B3, bolsa de valores do Brasil, assinaram, na sexta-feira (5), na sede da B3, em São Paulo, protocolo de intenções com o objetivo de avaliar ações conjuntas, visando à execução de projetos e o fortalecimento de um ambiente de parcerias e investimentos voltado ao setor de infraestrutura de transportes e portuária.

Dentre as ações previstas no protocolo estão a realização de estudos, o intercâmbio de experiências e informações técnicas e científicas, a realização de reuniões e eventos de interesse comum, bem como o desenvolvimento de projetos e programas relacionados ao tema da infraestrutura. Além disso, o protocolo prevê também a implantação de boas práticas para que sejam replicadas e disseminadas.

“A assinatura desse protocolo de intenções é muito importante para que possamos trocar conhecimentos e unir forças com o objetivo de promover o desenvolvimento do setor de infraestrutura de transportes, segmento estratégico ao crescimento econômico do país”, destacou Jesualdo Conceição da Silva, diretor-presidente da ABTP.

“Há 30 anos a bolsa reúne investidores do setor privado e bons ativos em um ambiente qualificado, com o compromisso de fortalecer o ecossistema de negócios com qualidade técnica, isenção e transparência. A B3 se orgulha em ajudar a fomentar e viabilizar bons negócios para os setores de infraestrutura e transporte, com projetos que geram crescimento para o país e melhorias para a sociedade”, comentou Daniel Sonder, CFO da B3.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 09/11/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006